



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 91, DE 2009

Mensagem nº 393

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, junto à República do Tadjiquistão e República Islâmica do Afeganistão.

Os méritos do Senhor Alfredo Cesar Martinho Leoni que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de junho de 2009.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Sarney', is enclosed within a large, stylized oval.

EM Nº 00191 MRE DP/DSE/SGEX/AFEPA/G - APES

~~Brasília~~ 28 de maio de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão e cumulativamente junto à República do Tadjiquistão e República Islâmica do Afeganistão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI

CPF.: 38536382791

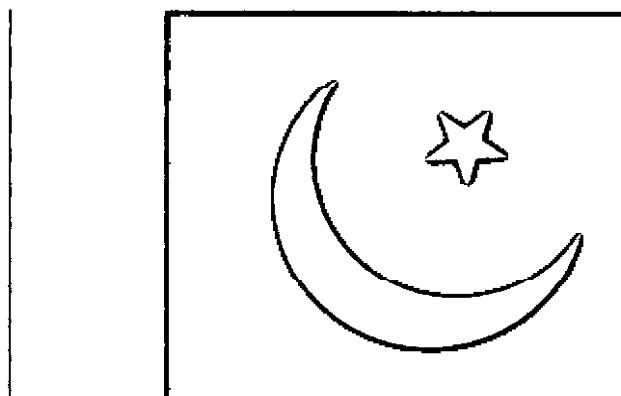
ID.: 3126/MRE

1956 Filho de Angelo Leoni e Maria Martinho Leoni, nasce em 15 de abril, em Bauru/SP
1979 Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ
1980 CPCD - IRBr
1981 Terceiro Secretário em 15 de dezembro
1981 Divisão de Atos Internacionais, assistente
1983 Departamento Consular e Jurídico, assessor
1984 Embaixada no México, Terceiro e Segundo Secretário
1986 Reunião Regional das Nações Unidas sobre Nomes Geográficos, México, Chefe de delegação
1986 Segundo Secretário em 18 de dezembro
1987 Embaixada em Berlim Oriental, Segundo Secretário e Encarregado de Negócios
1988 Encontro Internacional em Favor de Zonas Livres de Armas Nucleares, Berlim, Chefe de delegação
1989 CAD - IRBr
1990 Divisão do Pessoal, assessor
1991 Ordem de Bernardo O` Higgins, Chile, Oficial
1991 Secretaria-Geral de Controle, Subsecretário de Auditoria, substituto
1991 Secretaria-Geral Executiva, Coordenador Executivo
1992 Primeiro Secretário em 25 de junho
1992 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Coordenador Executivo
1993 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário
1996 Embaixada em Pequim, Primeiro Secretário
1998 Secretaria de Controle Interno, Subsecretário de Auditoria e Secretário de Controle Interno, substituto
1999 Conselheiro em 29 de junho
1999 Divisão de Formação e Treinamento, Chefe
1999 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, Diretor Geral, substituto, e Ordenador de Despesas
2000 Divisão de Cooperação Educacional, Chefe
2001 Embaixada em Roma, Conselheiro e Encarregado de Negócios
2001 Instituto Ítalo-Latino-Americano, Roma, Representante, alterno
2001 54^a e 55^a Sessão da Assembléia Geral do Instituto para a Unificação do Direito Internacional Privado, Roma, Chefe de delegação (2001 e 2002)
2002 Reunião da Força Tarefa das Nações Unidas para a Ásia Meridional, Roma, Chefe de delegação
2002 Reunião Internacional de Apoio à Paz no Oriente Médio, Nicosia, Chefe de delegação
2002 Reunião do Comitê das Nações Unidas sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, Nicosia, Chefe de delegação
2002 Congresso para a Harmonização Mundial do Direito Privado e a Integração Econômica Regional, Roma, Chefe de delegação
2002 Seminário das Nações Unidas sobre o Direito Penal Econômico, Mercado Global e Infiltração do Crime Organizado, Nápoles, Chefe de delegação
2003 Embaixada em Tóquio, Conselheiro
2005 CAE, IRBr, O Programa de Estudantes-Convênio como Instrumento da Política Externa Brasileira
2006 Coordenação-Geral de Modernização, Coordenador Geral
2006 Ministro de Segunda Classe em 20 de junho
2006 Embaixada em Oslo, Encarregado de Negócios em missão transitória
2007 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS
ÁFRICA, ORIENTE MÉDIO, ÁSIA E OCEANIA
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA I

PAQUISTÃO
MENSAGEM AO CONGRESSO



2009

Índice

DADOS BÁSICOS.....	3
INTRODUÇÃO	4
POLÍTICA INTERNA.....	4
POLÍTICA EXTERNA.....	5
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	8
RELAÇÕES BRASIL-PAQUISTÃO	13
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....	17

Dados básicos

NOME OFICIAL	República Islâmica do Paquistão
CAPITAL	Islamabade
ÁREA	796.095 Km ²
POPULAÇÃO (jul/2009 – CIA)	176,24 milhões (est.)
IDIOMAS	Urdu e inglês (línguas oficiais), punjabi, sindi, pachtu e baluqui (línguas provinciais), caxemiri (língua local)
ETNIAS	“Punjabi” (44,68%), “pashtun” (15,42%), “sindhi” (14,1%), “sariaki” (8,38%), “muhagirs” (7,57%), “balochi” (3,57%), outras (6,28%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	95,9% Islâmica (77% sunitas, 20% xiitas e 3% ismaelitas) e minorias cristã, hindu, parsi e zoroastriana
SISTEMA POLÍTICO	República semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Asif Ali Zardari
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Makhdoom Syed Yousuf Raza Gilani
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Makhdoom Shah Mehmood Hussain Qureshi
EMBAIXADOR NO BRASIL	Muhammad Haroon Shaukat
PIB real (2008 – CIA)	US\$ 160,90 bilhões (est.)
PIB real PPP (2008 – CIA)	US\$ 452,70 bilhões (est.)
PIB per capita (2008 – CIA)	US\$ 912,96 (est.)
PIB per capita PPP (2008 – CIA)	US\$ 2.600,00 (est.)
UNIDADE MONETÁRIA	Rúpia paquistanesa
EXPECTATIVA DE VIDA (2009 – CIA)	Homens: 63,4 anos (est.) Mulheres: 65,6 anos (est.) População: 64,5 anos (est.)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões fob) – *Fonte: MDIC*

Brasil→ Paquistão	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jan- mar)
Intercâmbio	50,02	104,17	301,17	223,60	197,95	381,54	71,11
Exportações	45,54	97,65	290,29	193,85	147,93	309,04	55,42
Importações	4,48	6,52	10,88	29,75	50,02	72,50	15,69
Saldo	41,06	91,13	279,41	164,10	97,91	263,54	39,73

Introdução

O Paquistão se situa no sul da Ásia e tem fronteiras com a Índia, o Afeganistão, o Irã e a China. O país tem uma extensão 803.940 km². A população soma cerca de 165 milhões de habitantes. O grupo majoritário é de muçulmanos (97%). A base da economia é a indústria e a prestação de serviços (77% do PIB), apesar da grande importância da agricultura, que emprega metade da população e gera 22% do PIB.

Política interna

Após oito anos de governo do General Pervez Musharraf, o Paquistão promoveu eleições presidenciais em setembro de 2008, tendo saído vencedor Asif Zardari, viúvo da ex-Primeira Ministra e líder do PPP Benazir Bhutto, morta em atentado terrorista de dezembro de 2007. O governo do presidente Asif Zardari enfrenta instabilidade política, crises institucionais e ações militares contra os grupos talibãs ao Noroeste do país.

Em decorrência dos protestos populares de março deste ano, o Governo Zardari concordou com o retorno à Suprema Corte do juiz Iftikhar Chaudhry, afastado desde 2007 por Musharraf e firmou o cessar-fogo de Malakand, acordo de paz firmado entre o governo paquistanês e o grupo militante islâmico “Tehreek-e-Nafaz-e-Shariat-e-Mohammad”. Por este acordo, o governo paquistanês, em troca do desarmamento dos grupos talibãs, estabeleceria a lei muçulmana *sharia* em cerca de um terço da área da fronteira noroeste do país.

O governo paquistanês considerou violação do acordo de Malakand o avanço Talibã sobre a província de Buner, no Norte do país. Em maio, o governo deu início a ataques militares a Lower Dir, Buner e Swat, províncias supostamente controladas por talibãs, localizadas a até cerca de 100 quilômetros da capital do país, Islamabade. Os movimentos militares resultaram, até meados de maio, em quase dois milhões de refugiados, segundo estimativas da ONU. A ação das Forças Armadas do Paquistão segue-se à crescente pressão dos Estados Unidos para que sejam dadas respostas militares efetivas às atividades dos grupos talibãs.

A administração Obama elegeu o Paquistão e o Afeganistão como prioridade de sua política externa. Os Estados Unidos têm fornecido treinamento de tropas e assistência econômica ao país, apesar de alegarem falta de colaboração das forças paquistanesas, mas tem crescido a demanda dos EUA por prestação de contas por parte do Paquistão. Para os EUA, há uma conexão estreita entre a militância islâmica na zona fronteiriça entre Afeganistão e Paquistão e os ataques terroristas nas cidades ocidentais. A ofensiva paquistanesa sobre o Noroeste do país teve início logo após o

encontro de Obama com seus correspondentes afgão e paquistanês, Hamid Karzai e Asif Zardari, em 06 de maio.

Sob ajuda militar, pressão política e auxílio econômico norte-americano, o governo de Asif Zardari procura enfrentar as milícias islâmicas. O País acumula vários problemas no tocante ao terrorismo. Desde 2007, mais de 1.700 paquistaneses já foram mortos em ataques terroristas; acredita-se que os grupos talibãs da fronteira se misturaram à Al Qaeda; as regiões tribais semi-autônomas do Norte do país são fragilmente policiadas e não formam limites precisos com o Afeganistão; o grupo “Lashka-e-Taiba” (LET), responsável pelos ataques à Mumbai em novembro de 2008, tem o Paquistão como centro de operações; a militância do líder islamista Mullah Fazalullah tem controlado e imposto a *sharia* na província de Swat. A opinião pública, por sua vez, embora marcadamente anti-americana, não apoia, em sua maioria, o Talibã, ao mesmo tempo em que teme a vitimização da população civil pelas ofensivas militares.

O cenário partidário encontra-se fragmentado; em 1999, o Partido da Liga Muçulmana (PML) dividiu-se entre PML-Q (“Quaid-i-Azam”), que formava a base governista do General Musharraf, e o PML-N, fiel ao líder oposicionista Nawaz Sharif; o Partido do Povo Paquistanês (PPP) ganhou força com a reação à morte de sua líder, Benazir Bhutto; há, ainda, os partidos religiosos, que formaram a aliança de seis partidos, “Muttahida Majlis-i-Amal”.

Política externa

A política externa paquistanesa repousa sobre dois eixos: as conturbadas relações com a Índia e a complexa aliança pendular com os Estados Unidos. A partir deles defluem vários vetores, com primazia para o entorno regional, sobretudo a vizinhança imediata e o mundo islâmico.

As relações com a Índia

O estado latente de beligerância tem custado caro aos dois vizinhos: o orçamento destinado ao estamento de defesa, no Paquistão, correspondeu, em 2007/2008, a 4,5% do P.I.B e a 65% do orçamento nacional. O clima de instabilidade na região continua a afastar os investidores internacionais, sobretudo no caso do Paquistão. Nesse sentido, o principal bloco econômico da região, *South Asian Association for Regional Cooperation* (SAARC), tem encontrado dificuldades para alcançar seu principal objetivo, que é integrar as economias da Ásia meridional.

A rivalidade, que levou os dois vizinhos a três guerras e aos testes nucleares de 1998, tomou um rumo diferente desde o final de 2003, quando o então Presidente Musharraf decidiu declarar um “cessar-fogo” unilateral ao

longo da Linha de Controle. A partir de então, os dois países decidiram engajar-se em mais um exercício para a normalização das relações, o chamado "diálogo multidisciplinar" (*composite dialogue*). Em julho de 2004, aconteceu a primeira rodada de negociações e desde então, numerosas reuniões bilaterais voltadas para a "construção de confiança mútua" ocorreram em Islamabad e em Nova Delhi. Na esteira das reuniões, os Governos de Pervez Musharraf e Manmohan Singh talvez tenham atingido o melhor nível de entendimento da história dos dois países. Analistas locais apontam, inclusive, que os dois lados estiveram próximos de um acordo sobre a Caxemira, em 2007, fracassado devido ao enfraquecimento do governo militar no Paquistão e ao início de uma série de atentados terroristas contra alvos civis de ambas as nacionalidades.

Após os atentados terroristas contra a Embaixada indiana em Cabul e contra alvos no centro de Mumbai, respectivamente em julho e em novembro de 2008, houve notória deterioração das relações indo-paquistanesas, o que levou Nova Delhi a suspender as rodadas do mencionado "diálogo multidisciplinar". Desde então, enquanto os indianos alegam que o novo governo civil do Paquistão faz pouco para auxiliar no combate ao terrorismo internacional, os paquistaneses consideram-se alvo de campanha indiana para consolidar a imagem de seu país como "epicentro do terror" ou "failing State". As relações entre os dois governos, contudo, não registraram retrocessos concretos e o novo governo paquistanês de Zardari dá demonstrações de que deseja que o atual momento delicado não impeça a construção da confiança mútua, iniciada pelo seu antecessor Musharraf.

O grande gargalo reside, porém, na questão da Caxemira, malgrado a vontade política dos líderes máximos dos dois países de não retrocederem no intento de equacionar este tema fundamental para ambos. Interesses subjacentes obrigam os dois lados a assumir extrema cautela no processo. No cerne da questão, reside a realização de plebiscito mandatório na região, previsto em diversas resoluções da ONU sobre o litígio, mas recorrentemente rechaçada por Nova Delhi. Conforme os indianos, a questão caxemir deve continuar a ser tratada em bases estritamente bilaterais, sem a intervenção de terceiros. As autoridades paquistanesas, por sua vez, procuram internacionalizar o assunto, como na Cúpula da Haia, sobre o Afeganistão, em que apresentaram proposta que vai ao encontro da percepção do recém-eleito Governo de Barack Obama.

As relações com os Estados Unidos

As relações com os Estados Unidos têm-se alternado entre momentos de estreita aproximação e de distanciamento, o último dos quais em 1998, na sequência dos testes nucleares. Os recentes governos do Paquistão definem o País como o "maior aliado dos Estados Unidos na Ásia".

Em 1998, os Estados Unidos lideraram boicote à ajuda para o desenvolvimento paquistanês, quase levando o Paquistão à insolvência. Entretanto, os atentados de Nova Iorque de 11/09 impulsionaram, uma vez mais, o pêndulo a favor do estreitamento das relações. O governo norte-americano passou a necessitar do apoio de Islamabade para conter a insurgência no Afeganistão e para contra-arrestar o terrorismo internacional. O Paquistão, por sua vez, depende de recursos dos EUA para fins militares e civis, além de utilizar-se da aliança com Washington como garantia de obtenção de linhas de crédito internacionais e de segurança diante da Índia.

Crescentemente preocupado com a rápida deterioração da segurança no Paquistão, onde têm ganhado força grupos militantes islâmicos, o Governo de Barack Obama passou a colocar, explicitamente, o território paquistanês no mesmo cenário de guerra do Afeganistão. É a chamada “hifenização” da questão afgã. Logo, para o novo governo dos EUA, o sucesso dos forças da OTAN no Afeganistão estaria, mais do que nunca, profundamente associado à delicada situação interna paquistanesa. A nova política da Casa Branca para o Paquistão, chamada de “Política AFPAK” (*Afghanistan-Pakistan*), expressa a sua inquietação e temor diante da recente criação de enclaves talibãs em regiões fronteiriças paquistanesas, as quais constituiriam bases para o transbordamento do grupo para outras regiões do país e do Afeganistão.

Com relação ao Paquistão, o principal aspecto da *AFPAK* consiste no reforço do componente social da cooperação, em detrimento da ajuda militar. Ademais, um pacote de medidas de ajuda financeira, denominado *Peace Act*, que ainda precisa passar pelo crivo do Congresso norte-americano, prevê a triplicação do valor da ajuda aos paquistaneses, que passaria a ser de US\$7,5 bilhões nos próximos 5 anos. Assim, o *Peace Act* procuraria compatibilizar-se com a “Política AFPAK”, propondo uma visão abrangente e de longo prazo, com foco no fortalecimento institucional, governança, educação e democracia no Paquistão. O Embaixador estadunidense Richard Holbrooke, nomeado pelo Governo Obama para o cargo de Representante Especial para o Afeganistão e Paquistão, enfatizou que, além de reforçar o sistema educacional paquistanês, para evitar a proliferação de “madrassas” administradas pelo Talibã, seria necessária também a ajuda dos EUA às forças paquistanesas, para combater rebeldes fundamentalistas em regiões como o Vale do Swat.

A reação do Governo Zardari tem sido cautelosa, frente aos resultados da política militar dos EUA no país. Os bombardeios feitos por aviões não-tripulados, cuja frequência tem-se elevado desde meados de 2008, são repudiados pela sociedade paquistanesa e acusados de “antiprodutivos” por Islamabade. A elevação das baixas civis causada pelos bombardeios acabam gerando enorme revolta junto à população local, que se torna ainda mais avessa à aliança entre os Governos dos EUA e do Paquistão. Diante dos fatos, preocupa ao governo paquistanês a “hifenização” da questão afgã. Para ele, a

transformação do conflito afgão em uma questão “Afeganistão-Paquistão” eludiria as diferenças entre os dois países.

Demais relações do Paquistão

No entorno imediato, além da Índia, dois são os vetores principais da diplomacia paquistanesa: o Afeganistão e a China. O Paquistão tem participado de vários projetos de reconstrução no Afeganistão e constitui um dos seus principais mercados. Cabul necessita do apoio de Islamabade para erradicar o terrorismo Talibã/Al-Qaida do seu território, sobretudo na região das fronteiras comuns. Todavia, autoridades afgãs têm alegado que o Paquistão não tem feito o suficiente para impedir que militantes pró-Talibã oriundos do território paquistanês cruzem a fronteira e realizem ataques, desestabilizando o já conturbado Afeganistão. Islamabade, por sua vez, reage negativamente diante da permanente ameaça de ataques a alvos em seu território pelas forças internacionais no país vizinho.

A China declara-se “o amigo de todas as horas” (*all weather friend*) de Islamabade. A amizade entre os dois países derivou-se, originalmente, de preocupações comuns em relação à Índia e à União Soviética. Os dois vizinhos, porém, já viveram momentos de confrontação, em razão das disputas sobre as fronteiras no “Karakoram Pass”. Chegaram, todavia, a um acordo, em 1963, jamais reconhecido pela Índia. A partir de então, as relações adensaram-se, e a cooperação bilateral voltou-se, também, para as sensíveis áreas nuclear e missilística. A China tem, ademais, participado, ativamente, de grandes projetos de infraestrutura no Paquistão.

No que respeita ao mundo árabe e ao Islã, muito embora o governo afirme que o relacionamento com os países muçulmanos é a pedra angular da sua política externa, a aliança sofre os efeitos de diferenças religiosas (sunitas, como a maioria do Paquistão, e xiitas) e étnico-culturais (árabes e não-árabes, como no Paquistão), bem como quanto ao entendimento de como devem encaminhar a *jihad*, principalmente no Afeganistão. Nesse contexto, o maior aliado islâmico de Islamabade continua a ser a Arábia Saudita, que financiou a educação fundamentalista nas madrassas paquistanesas e cuja ajuda econômica é até hoje substancial. No que respeita ao Iraque, o Paquistão decidiu não enviar tropas para integrar o contingente das forças de paz sob os auspícios das Nações Unidas. O ponto de congraçamento continuará a ser, portanto, a Organização da Conferência Islâmica (OIC), onde podem todos confirmar a fé no Profeta e a unidade de seus seguidores.

Nos foros internacionais, a questão que mais tem mobilizado a diplomacia paquistanesa é a da reforma do Conselho de Segurança da ONU. À medida que o tema assume maior engajamento – e urgência – cresce a oposição paquistanesa às propostas de ampliação do número de membros permanentes

do CSNU. O catalisador dessa posição é, obviamente, a Índia, já que o Paquistão favorece a reforma do sistema, como um todo, e do Conselho, em particular.

Economia, comércio e investimentos

Economia

Nos primeiros vinte anos após a independência, a economia do Paquistão registrou os mais altos índices de crescimento da Ásia. Entretanto, políticas econômicas, adotadas a partir dos anos de 1970, privilegiaram gastos em Defesa, em detrimento de projetos de desenvolvimento e redução da pobreza – o que resultou na diminuição da taxa de crescimento de 6%, na década de 80, para 4%, nos anos de 1990, com crescimento dos índices de pobreza. O Paquistão tornou-se a economia asiática com menor crescimento relativo.

Em 1999, o novo governo encontrou a economia depauperada, em parte devido às sanções impostas por países desenvolvidos após os testes nucleares paquistaneses de 1998. A decisão de conferir prioridade, numa primeira etapa, à estabilização da economia “vis-à-vis” ao crescimento decorreu de pressões do FMI quanto ao programa de ajuste estrutural aceito pelo Paquistão em 01/07/1997.

A colaboração prestada por Musharraf aos Estados Unidos no combate ao terrorismo, após o 11/09, estimulou a economia. Com o suporte norte-americano, as instituições internacionais de crédito retomaram projetos de apoio, e os membros do Clube de Paris renegociaram a dívida. A comunidade internacional, ademais, propôs-se a canalizar para o Paquistão quase US\$ 6 bilhões. Aliviada a pressão externa, as autoridades locais puderam concentrar-se, a partir de 2002, numa política enfocada na estabilidade macroeconômica. No ano fiscal 2006/07, a dívida interna regrediu de 56,9% para 53,4% do PIB, e as reservas de divisas elevaram-se a US\$ 15,1 bilhões em junho de 2007, contra US\$ 13,1 bilhões em junho de 2006.

Em maio de 2009, após visita do Presidente Asif Ali Zardari aos Estados Unidos, o governo norte-americano adotou nova política com relação ao Paquistão, que consiste em fornecer auxílio militar aéreo contra o terrorismo e em providenciar ajuda econômica. Em troca, os EUA solicitaram cooperação e prestação de contas por parte do Paquistão.

O dado mais destacado pelos analistas a respeito da economia paquistanesa tem sido o crescimento do PIB: 7,7% em 2005, 6,2% em 2006, 6% em 2007 e 6% em 2008. No período Musharraf, de 1999 a 2007, a economia paquistanesa cresceu a uma taxa média anual de 5,8% (7%, se considerados os últimos cinco anos, e 7,5%, se considerados os últimos 4 anos), convertendo-se em uma das quatro de maior crescimento na Ásia, ao lado da China, Índia e Vietnã.

Fruto desse crescimento, o PIB *per capita* aumentou continuamente, durante a administração de Pervez Musharraf: US\$ 728 em 2004, US\$ 772 em 2005, US\$ 825 em 2006 e US\$ 925 em 2007. Os fatores principais desse aumento, além da aceleração do crescimento do PIB real, podem ser atribuídos à estabilidade cambial e ao acréscimo significativo da remessa de divisas dos imigrantes paquistaneses (US\$ 5,5 bilhões no ano fiscal 2006/07, contra US\$ 4,6 bilhões no período 2005/06). Nos oito anos de governo de Musharraf, o PIB paquistanês registrou um crescimento de cerca de 50%, enquanto a renda *per capita* elevou-se em 25%, equivalente a duas vezes a taxa de aumento populacional. Em 2008, porém, em razão da crise econômico-financeira, o PIB *per capita* atingiu US\$ 913, ligeira queda em relação ao ano anterior.

A taxa média anual de crescimento da dívida externa paquistanesa no período 1990/99 foi de 7,4%, ocasionando a elevação do estoque da dívida de US\$ 20,5 bilhões em 1990 para US\$ 38,9 bilhões em 1999. Entretanto, com a adoção de política econômica voltada à estabilidade macroeconômica, o governo Musharraf conseguiu diminuir o componente externo da dívida pública de 40,8% do PIB, em 2002, para 24,6% do PIB, em 2007, atingindo US\$ 38,86 bilhões. Com relação ao ano de 2006, 2007 registrou uma elevação no estoque da dívida externa da ordem de US\$ 1,6 bilhão, o que representa um aumento interanual de 4,3%. Em 2008, esse valor tornou a aumentar, alcançando US\$ 43,10 bilhões, ou seja, 25,2% do PIB. A dívida externa pública do Paquistão, registre-se, tem seu perfil marcado em 80% por empréstimos de médio e longo prazos junto a instâncias multilaterais e bilaterais.

Privatizações e mudanças no sistema bancário e nos serviços de utilidade pública foram algumas medidas tomadas por Musharraf para criar ambiente favorável ao setor privado e dinamizar a economia paquistanesa. No entanto, com a instabilidade política recente e a atual crise econômico-financeira, melhorias na infraestrutura física e social são de difícil implementação. Além disso, a estabilidade macroeconômica do Paquistão foi abalada, em 2008, pelo aumento do preço internacional do petróleo e pela elevação súbita dos preços internos. Desequilíbrios macroeconômicos, particularmente os déficits no setor público (por causa do aumento dos gastos com Defesa, pagamento do serviço da dívida, de salários e pensões) e na conta-corrente também constituem obstáculo para o crescimento econômico sustentável. Ademais, o aumento do fluxo de capitais estrangeiros, nos últimos anos, em vez de propiciar crescimento sustentado, gerou acelerada expansão do consumo que levou à formação de bolhas especulativas no mercado imobiliário.

No ano fiscal de 2006/07, o setor agrícola registrou um crescimento de 5%, contra apenas 1,6% no período anterior. Essa alta foi alimentada pelo aumento de 7,6% (contra 4,1% no período 2005/06) na safra dos principais produtos, entre os quais o trigo, que, com 23,52 milhões de toneladas, obteve seu recorde histórico. Com um aumento de 22,6%, a produção de cana-de-

açúcar, atingiu 54,7 milhões de toneladas, a segunda maior safra da história do país. A safra de algodão permaneceu estável, com cerca de 13 milhões de toneladas. A área de algodão cultivada (grande parte situada na província de Punjab) serve como medidor da saúde de toda a economia paquistanesa. A partir desse valor determinam-se a disponibilidade e o custo da matéria-prima usada pelas indústrias (concentradas em Karachi) e impõem-se limites à exportação de produtos têxteis – setor mais importante da economia do país. O setor agrícola é, fortemente, afetado por flutuações oriundas da excessiva dependência da cultura do algodão, bastante vulnerável a secas, inundações e pragas. Cerca de 2/3 da população paquistanesa vive em zonas rurais e depende, direta ou indiretamente, da agricultura para sobreviver. Entretanto, o setor primário, repleto de problemas, vem perdendo importância, anualmente, para os setores secundário e terciário.

Antes de 1947, o Paquistão era mero fornecedor de matérias-primas, especialmente algodão, para as indústrias da Índia britânica. Nos vinte anos subsequentes à independência, o setor secundário paquistanês apresentou média de crescimento de 9% ao ano. Nos anos de 1970, todavia, a taxa caiu, bruscamente, para 3% ^{aa} em função da fuga de capitais provocada pelo amplo processo de nacionalização de empresas. Na década seguinte, o crescimento da produção retornou, atingindo 8,2% ^{aa}, mas, na segunda metade dos anos de 1990, caiu, vertiginosamente, para 2,8% ^{aa}.

Recentemente, apesar de a base produtiva ainda ser pouco diversificada, a produção industrial cresceu, e a contribuição do setor secundário para as exportações paquistanesas aumentou. Por conseguinte, a participação da Indústria no PIB continua ampliando em detrimento da parcela representada pelo setor primário. Em 2003, este era responsável por 23,4% do PIB; aquela, por 23,9%. Em 2007, porém, o setor industrial detinha 26,6% do PIB, enquanto a Agricultura gerava, tão-somente, 20,6%.

O aumento das cotas para produtos têxteis, nos mercados europeu, estadunidense e turco, propiciou crescimento súbito da produção industrial paquistanesa de 2002 a 2004. No entanto, desde o fim do sistema de cotas para têxteis, no âmbito da OMC, o setor manufatureiro do país tem enfrentado graves desafios, com taxas de crescimento cada vez menores. Em 2004/05, o crescimento foi de 18%; em 2007/08, alcançou, apenas, 5,4%.

O setor de serviços, responsável por quase 53% do PIB paquistanês, tem crescido fortemente, nos últimos anos, impulsionado pelos setores de finanças e de tecnologia da informação. As reformas liberalizantes, na primeira metade dos anos de 1990, aliada às privatizações, melhoraram, substancialmente, o setor financeiro do país, tornando-o muito mais dinâmico.

A alta taxa de inflação constitui objeto de manifestações populares no Paquistão. Em 2004, atingiu 7,4% (contra apenas 2,9% em 2003); em 2005, 9,1%; em 2006, 7,9%; em 2007, 7,8% e, em 2008, 24,4%. As principais razões dessa espiral inflacionária seriam o aumento da demanda agregada na base da

economia, que desequilibrou o fluxo da oferta das principais “commodities”. A tal fator se somaria a conjuntura econômica internacional à época, caracterizada pela elevação do preço do petróleo e pelo incremento dos preços mundiais das “commodities”. Após o início da crise financeira mundial, em 2008, a redução do *quantum* das transações internacionais, além de certa instabilidade macroeconômica, fizeram que se elevasse, de forma contínua, o nível geral de preços.

A fim de evitar crise no balanço de pagamentos e moratória da dívida externa, as autoridades paquistanesas elaboraram, em novembro de 2008, o “23-month Stand-By Arrangement” (SBA), amplo programa de estabilização apoiado pelo FMI. O plano, por meio de políticas fiscais e monetárias restritivas, busca robustecer a estrutura macroeconômica a médio prazo com o intuito de reduzir a inflação e trazer o déficit em conta-corrente a níveis aceitáveis. Outrossim, o Governo Zardari/Gilani permanece à procura de ajuda financeira no exterior e retomou, recentemente, o programa de privatizações, paralisado em razão das instabilidades política, econômica e social paquistanesas. Nos primeiros meses de 2009, esses esforços para estabilizar a economia doméstica, aliados à queda no preço das “commodities” internacionais, têm contribuído para reduzir gargalos externos, reconstruir o comércio exterior e, sobretudo, reduzir a inflação.

Comércio

O déficit em conta-corrente é um tópico que preocupa as autoridades paquistanesas. Partindo de superávit de US\$ 3,6 bilhões em 2003, a balança tornou-se deficitária em 2004 (US\$817 milhões), chegando a saldos negativos de US\$ 3,4 bilhões e US\$ 5,6 bilhões em 2005 e 2006, respectivamente. Em 2007 e em 2008, o déficit atingiu, respectivamente, 4,8% e 8,4% do PIB, os piores resultados do país nos últimos anos. O aumento da demanda por produtos estrangeiros, seja artigos de luxo para atender a uma classe média com maior poder aquisitivo, seja para aparelhar a indústria de matérias-primas e de bens de capital na esteira do crescimento acelerado da economia nos últimos quatro anos, fez com que se acentuasse o desequilíbrio entre as exportações e as importações. Se as primeiras, em igual período, passaram de US\$ 11 bilhões para US\$ 19 bilhões (entre 2005 e 2006) e de US\$ 17,3 bilhões para US\$ 20,1 bilhões (entre 2007 e 2008), as importações, no mesmo período, saltaram de US\$ 11 bilhões para US\$ 35,4 bilhões em 2008. As importações de máquinas (+54,9%) e produtos químicos (+32,9%) e metálicos (+79,6%) foram as principais responsáveis pelo desequilíbrio da balança. Em consequência, o déficit comercial com o exterior saltou de US\$ 88 milhões em 2003 para US\$ 12 bilhões em 2006.

Os Estados Unidos (com 15,3% do total exportado em 2008) são o principal destino das exportações paquistanesas, compostas, sobretudo, de

cereais, algodão e derivados. Emirados Árabes Unidos (com 10,8%) e Afeganistão (com 9,1%) ocupam, respectivamente, o 2º e o 3º lugares entre os parceiros comerciais do país. No que tange aos produtos importados pelo Paquistão, mormente combustíveis, óleos e ceras minerais, máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, China (com 15% do total importado em 2008), Arábia Saudita (com 12,4%) e Emirados Árabes Unidos (com 9,7%) são os principais fornecedores.

Investimentos

Os investimentos locais apresentaram ligeira queda até 2008: 17,3 % em 2004, 16,9% em 2005, 15,3% em 2006 e 15,6% em 2007. Em 2008, no entanto, chegou a 20%, resultado de ação concertada do Governo paquistanês em busca de maior estabilidade macroeconômica, que consistiu, em essência, na consolidação do arcabouço fiscal, no corte de subsídios a combustíveis e no aumento das receitas.

Apesar de todos os obstáculos que afligem a economia do Paquistão, os investimentos estrangeiros cresceram nos últimos anos. A taxa de investimento elevou-se a excepcionais 23% em 2007, contra 17,2% em 2002, em consequência do aumento de inversões no setor público e dos investimentos diretos estrangeiros (IDEs). No ano fiscal 2006/07, os IDEs ascenderam a US\$ 5,2 bilhões, equivalentes a 45 vezes o total registrado em 2005/06. Aproximadamente 80% do investimento estrangeiro direto têm-se efetuado sob a forma de expansão da presença de bancos e de empresas como Pepsico e Mc Donald's, assim como de ampliação da produção de energia e das redes de telecomunicações por empresas norte-americanas, britânicas, holandesas, chinesas e dos Emirados Árabes. Cerca de 78% do IDE vieram, no período 2006/07, desses cinco países. Em 2007/08, os investimentos diretos caíram em decorrência da incerteza política, da piora na segurança e da interrupção do processo de privatizações. Dessa forma, o Governo atual de Zardani/Gilani, sufocado pelo aumento persistente do déficit fiscal, tem colocado o programa de privatização no topo da agenda oficial.

Comércio bilateral

O comércio entre o Brasil e o Paquistão aumentou de forma expressiva, no início do século XXI, partindo de US\$ 33 milhões, em 2002 para US\$ 223,60 milhões em 2006. Porém, foi em 2005 que as trocas comerciais deram um grande impulso, somando US\$ 290 milhões. A queda em 2006 explica-se, sobretudo, pela redução, em 50%, das exportações de açúcar, que, no ano anterior, beneficiaram-se da quebra da safra paquistanesa. Em 2008, após mais um ano de queda, a corrente de comércio entre os dois países atingiu o pico histórico de US\$ 381,54 milhões. O saldo comercial, sempre superavitário para

o lado brasileiro, foi amplamente favorável em 2005 e 2008, quando superou os US\$ 200 milhões.

As importações provenientes do Paquistão, embora sejam bem inferiores às exportações brasileiras, têm crescido anualmente: de apenas US\$ 5,6 milhões em 2002, chegaram a US\$ 72,5 milhões em 2008. O aumento dessas cifras, nos últimos anos, decorre de maiores importações de fios e tecidos de algodão, que responderam, em 2008, por 35% da pauta, com US\$ 25,4 milhões.

O mais importante item de nossa pauta de exportações é o algodão em rama, do qual o Brasil poderá passar a ser, dentro em breve, o principal fornecedor para a indústria têxtil paquistanesa, como se sabe, uma das mais importantes do mundo. É secundado pelo trigo, que, em 2008, foi responsável por mais de 26% do total exportado. Cabe destacar, no entanto, que a pauta brasileira está-se modificando e integra, cada vez mais, manufaturados de maior valor agregado. É significativo, neste contexto, ressaltar o aumento de nossas exportações de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e mecânicos: de US\$ 9 milhões, em 2004, para US\$ 22 milhões em 2008. Em contraposição, a importação de produtos paquistaneses pelo Brasil está, fortemente, concentrada em produtos básicos. Em 2008, mais de 54% do total importado era composto por roupas de cama e tecidos à base de algodão.

Relações Brasil-Paquistão

Aspectos gerais

As relações bilaterais mantêm-se em nível correto e cordial, com apoio recíproco em instâncias importantes. A participação paquistanesa no G-20, evidenciada pela reunião de coordenação organizada por esse país, em setembro de 2005, coincidiu com a visita bilateral do Chanceler brasileiro e demonstra que Islamabad está engajada no tema do comércio agrícola, que é de grande interesse para o Brasil. O apoio mútuo em relação a candidaturas a postos em entidades internacionais é constante. O comércio bilateral, embora modesto, tem perspectivas favoráveis, impulsionadas pelos contatos oficiais e empresariais incrementados a partir da visita do Presidente Musharraf ao Brasil, em novembro de 2004.

Antes da inédita visita presidencial paquistanesa a Brasília, o Brasil e a América Latina ocupavam lugar de pouco destaque na política exterior do Paquistão. Após a vinda do Presidente Musharraf, que também visitou a Argentina e o México, precedida pela visita do Diretor do Departamento da Ásia e Oceania do MRE a Islamabad, em outubro de 2003, os contatos se intensificaram.

Existem oito acordos em vigor entre os dois países: Acordo Cultural (1968/70), Acordo Comercial (1982/88), Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio (1984/88), Acordo, por troca de notas, para abertura de Escritório Comercial em São Paulo (1984), Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (1988/90), Memorando de Entendimento para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (2004) e Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica na Área de Segurança Alimentar e Nutricional (2004). Os dois últimos foram assinados durante a visita do Presidente Musharraf ao Brasil. Acordo sobre Isenção de Vistos para Passaportes Oficiais e Diplomáticos também foi assinado durante a visita, mas só entrou em vigor no dia 21/02/2009.

Visitas de alto nível

O Governo paquistanês tem concedido ênfase à troca de visitas de alto nível, estimuladas pela a visita ao Brasil do Presidente Pervez Musharraf. Desde então, já estiveram no Brasil o Secretário de Comércio, Tasneem Noorani; o Comandante-Geral da Aeronáutica, Marechal-do-Ar Kaleem Saadat; o Presidente do “Alternative Energy Development Board”, Marechal-do-Ar Sahid Hamid e, recentemente, a visita do Ministro do Comércio, Humayun Akthar Khan. Essa atitude reflete não apenas o bom andamento das relações bilaterais e a percepção paquistanesa da importância do Brasil no

plano internacional, mas também a inegável preocupação com a intensificação dos laços brasileiro-indianos.

Até a visita do Ministro Celso Amorim, em 2005, a última visita de uma autoridade brasileira ao Paquistão datava de 1984, quando o então Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro esteve em Lahore. Do lado paquistanês, e anteriormente à visita do Presidente Musharraf a Brasília, em 2004, o então Primeiro-Ministro Nawaz Sharif participou, em 1992, da Conferência do Rio. A partir de então, passaram a ser frequentes as visitas de altas autoridades dos dois países: de 2004 a 2006, podem-se contabilizar, entre outras, pelo lado paquistanês, as do Ministro da Educação, Javed Ashraf (11/04); do então Ministro do Meio-Ambiente, Tahir Iqbal (03/06); do Ministro das Ferrovias, Sheik Rashid Ahmed (07/06); Ministro do Comércio, Humayun Akhtar Khan (07/06); e Ministro de Ciência e Tecnologia, Chaudhry Nouraiz Shakoor Khan (09/06).

Muitas dessas visitas se vincularam a reuniões internacionais sediadas pelo Brasil, mas em grande parte dos casos os visitantes aproveitaram o ensejo para conhecer instituições e empresas afetas a seus ministérios, referendando interesse que a experiência brasileira em vários setores desperta no Paquistão. Além desses chefes de pasta, outras altas autoridades paquistanesas igualmente estiveram no Brasil. Entre elas cabe recordar o Presidente do "National Database Registration Authority" (NADRA), Brigadeiro Saleem Moeen (02/05); o Secretário do Comércio, Tasneem Noorani (04/05); o Presidente do Comitê de Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Energia/ "Board of Alternative Sources of Energy" (AEDB), Marechal Shahid Hamid (07/05); o Presidente do "Pakistan Export Promotion Bureau" (EPB), Tariq Ikram (04/06); e o Ministro de Fontes Alternativas de Energia da Província do Sindh, Noman Saigol (05/06). Mencione-se, também, a visita (25/07/2007) de delegação parlamentar da República Islâmica do Paquistão, chefiada pelo Senador Waseem Sajjad, ex-presidente do senado paquistanês.

Cabe aqui singularizar o intercâmbio de visitas dos Comandantes das duas Forças Aéreas, respectivamente, a do Marechal-do-Ar Kaleem Saadat, líder da "Pakistan Air Force"/PAF (04/05), reciprocada pela do Comandante da FAB, Brigadeiro Luiz Carlos Bueno (04/06) e a deste pelo atual Comandante da PAF, Marechal Tanvir Ahmed (07/06), em função da alavancagem que imprimiram à cooperação entre as duas armas. Ainda neste último contexto, cumpre ressaltar a visita da missão do Estado Maior das Forças Armadas paquistanesas, chefiada pelo General Shahid Tirmezey (02/06). Recentemente, em abril de 2009, o Ministro da Defesa paquistanês, Ahmed Mukhtar, e sua delegação vieram ao Rio de Janeiro para participar da Feira Internacional Latino-Americana de Defesa e Espaço Aéreo (LAAD 2009).

Potencialidades da cooperação bilateral, com destaque para energia

Algumas das áreas potenciais são açúcar, têxteis e “design”, reflorestamento, pesca artesanal e energia. Encontra-se em fase inicial de negociação com o Paquistão Memorando de Entendimento referente à cooperação tecnológica na área de mistura de etanol em combustíveis para transporte. Também no campo da energia, há potencial a ser explorado na questão do petróleo, principalmente na exploração de poços já abertos, em regime de “joint-ventures”, entre a Petrobrás e outras empresas, além do resíduo. Há também vontade paquistanesa na cooperação para a produção de eletricidade a partir de termelétricas, interesse que resultou na formação de um consórcio formado por empresas brasileiras (“Brasil Energy Power Corporation”, Grupo M.P.E. – Montagens e Projetos Especiais S.A. – e HLC Brasil Ltda.), uma empresa canadense-paquistanesa e uma empresa saudita. O grupo se denomina “WARDA International Investments”.

Cooperação no campo da segurança alimentar

Durante a visita do Presidente Musharraf ao Brasil foi assinado Memorando de Entendimento Bilateral sobre Cooperação Técnica na Árca de Segurança Alimentar, no qual os dois países expressam sua intenção de cooperar bilateralmente, no campo de combate à fome e à pobreza. O Presidente Musharraf foi um dos mais de cinqüenta Chefes de Estado e de Governo que atenderam ao convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para participar da Reunião de Líderes Mundiais Contra a Fome e a Pobreza, em Nova York, em 20 de setembro de 2004, quando tratou-se de mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento. Foi lançada, na ocasião, a Declaração de Nova York, que recebeu o apoio oficial de cento e dez países, onde se conclama a um esforço global adicional com vistas a que as Metas do Milênio possam ser atingidas no prazo estipulado, de 2015.

Cooperação no combate aos ilícitos transnacionais

Por ocasião da visita do Presidente Musharraf foi assinado um “Acordo de Cooperação sobre o Combate à Produção, Consumo e Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas, bem como à Lavagem de Dinheiro e outros Atos Fraudulentos Correlatos”. A política externa tem atuado intensamente na área, nos últimos dois anos, nos âmbitos bilateral, regional e multilateral, com vistas ao incremento da cooperação internacional. Nesse contexto, o Acordo como Paquistão inclui diversos aspectos do problema da droga, incluindo a cooperação entre as duas polícias, intercâmbio de inteligências, desenvolvimento de projetos comuns de pesquisa científica,

combate à lavagem de dinheiro, programas de redução da demanda e de tratamento de usuários de drogas.

Cooperação na área cultural

Encontra-se em fase inicial de negociação Programa Executivo de cooperação na área cultural, a complementar o acordo cultural vigente entre os países desde 1970.

Cooperação no plano político e multilateral

O Brasil e o Paquistão compartilham posições semelhantes em foros multilaterais econômicos, especialmente nas negociações da Rodada Doha da OMC, em que os dois países coordenam posições do âmbito do G-20.

Quanto à reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), em razão, principalmente, do antagonismo com a Índia, o Paquistão é copatrocinador de projeto que prevê apenas novos assentos não-permanentes, formulado pelo grupo “Uniting for Consensus”, ou “Coffee Club”. Se for aprovada a reforma nos moldes propostos pelo G-4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão), restará saber se o Paquistão apoiará a candidatura brasileira.

Dados econômico-comerciais

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS PAQUISTÃO

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Islâmica do Paquistão
Superfície	796.095 Km ²
Localização	Centro-sul da Ásia
Capital	Islamabad
Principais cidades	Karachi, Lahore, Faisalabad
Idiomas	Inglês (oficial) e Urdu (nacional)
PIB a preços correntes (2008 - EIU)	US\$ 171,2 bilhões
PIB "por capita" (2008)	US\$ 1.020
Moeda	Rúpia paquistanesa

Elaborado pelo MRE/DPR/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economic Intelligence Unit, Country Report January 2009.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes) ⁽²⁾	155,4	158,1	161,0	163,7	166,4
Densidade demográfica (hab/Km ²)	195,2	198,6	202,2	205,6	209,0
PIB a preços correntes (US\$ bilhões) ⁽³⁾	98,0	109,9	127,3	145,7	171,2
Crescimento real do PIB (%) ⁽³⁾	7,4	7,7	6,2	6,0	6,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%) ⁽²⁾	7,4	8,5	9,4	14,2	16,1
Reservas internacionais (US\$ milhões)	10.616	10.948	12.816	15.689	9.511
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽²⁾	35,5	33,2	35,9	38,0	43,1
Câmbio (PRs / US\$)	59,12	59,83	60,92	61,22	79,54

Elaborado pelo MRE/DPR/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economic Intelligence Unit, Country Report January 2009.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2007: estimativa EIU.

(3) 2008: dado real.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS PAQUISTÃO

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	-9.647	-10.640	-9.059
Exportações	17.049	18.121	10.886
Importações	26.696	26.701	19.945
B. Serviços (líquido)	-4.912	-5.006	-3.011
Receita	3.506	3.758	2.199
Despesa	8.418	8.764	5.210
C. Renda (líquido)	-3.131	-3.735	-1.945
Receita	864	1.357	777
Despesa	3.995	5.092	2.722
D. Transferências unilaterais (líquido)	10.941	11.086	6.032
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-6.750	-8.295	-7.983
F. Conta de capitais (líquido)	345	176	72
G. Conta financeira (líquido)	7.436	10.008	3.831
Investimentos diretos (líquido)	4.164	5.235	3.046
Portfolio (líquido)	1.969	2.088	-64
Outros	1.303	2.055	649
H. Erros e Omissões	520	238	2
I. Saldo (E+F+G+H)	1.551	2.127	-4.078

Elaborado pelo MRE/DPR/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD December 2008.

(1) Janeiro - Junho.

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽²⁾
Exportações (fob)	11.928	13.284	16.046	16.981	19.353	10.722
Importações (cif)	13.048	17.756	25.410	33.866	39.205	22.504
Balanço comercial	-1.120	4.472	-9.364	-16.885	-19.852	-11.782
Intercâmbio comercial	24.976	31.040	41.456	50.847	58.558	33.226

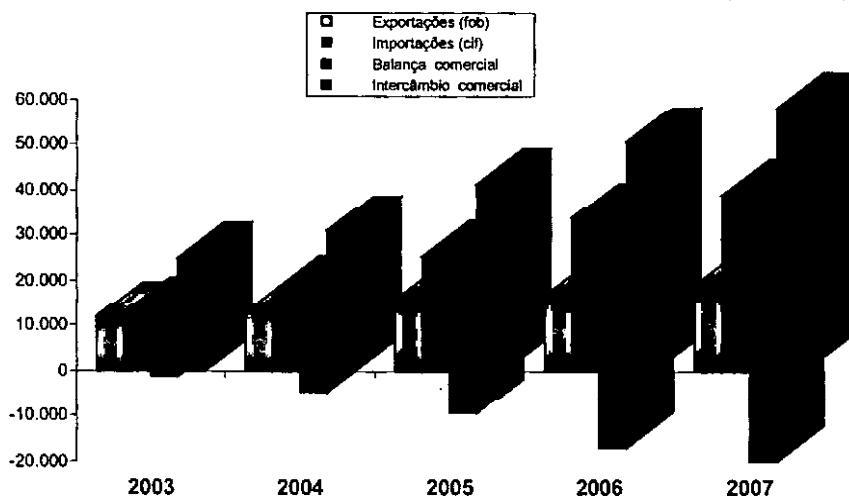
Elaborado pelo MRE/DPR/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2008.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

(2) Janeiro - Junho.

COMÉRCIO EXTERIOR DO PAQUISTÃO 2003-2007

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2006.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PAQUISTÃO**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2005	% no total	2006	% no total	2007	% no total	2008 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES								
Estados Unidos	3.970	24,6%	3.604	21,2%	3.162	16,0%	1.639	15,3%
Emirados Árabes Unidos	1.256	7,6%	1.551	9,1%	2.009	10,4%	1.155	10,6%
Afeganistão	1.065	6,0%	1.316	7,8%	1.534	8,4%	1.010	9,4%
China	400	2,7%	916	5,4%	1.003	5,2%	502	4,7%
Reino Unido	908	5,7%	874	5,1%	903	4,7%	497	4,6%
Alemanha	725	4,6%	639	3,0%	729	3,8%	444	4,1%
Hong Kong	599	3,7%	584	3,5%	576	3,0%	216	2,0%
Itália	583	3,5%	497	2,9%	569	2,9%	347	3,2%
Austrália-Sul	389	2,2%	438	2,5%	568	2,9%	362	3,4%
Índia	337	2,1%	417	2,5%	517	2,7%	329	3,1%
Turquia	300	1,9%	344	2,0%	483	2,5%	254	2,4%
República da Coreia	200	1,2%	310	1,9%	440	2,3%	243	2,3%
Espanha	388	2,4%	377	2,2%	443	2,3%	203	2,5%
Frances	363	2,3%	324	1,8%	373	1,9%	195	1,8%
Bélgica	342	2,1%	292	1,7%	327	1,7%	126	1,2%
Países Baixos	378	2,4%	268	1,6%	310	1,7%	210	2,0%
Irã	178	1,1%	220	1,3%	285	1,5%	184	1,7%
Canadá	212	1,3%	240	1,5%	227	1,2%	111	1,0%
Japão	143	0,9%	187	1,1%	227	1,2%	180	1,7%
Bangladesh	234	1,0%	185	0,9%	176	0,8%	108	1,0%
Sri Lanka	154	1,0%	133	0,8%	152	0,8%	84	0,8%
Africa do Sul	222	1,4%	132	0,8%	137	0,7%	73	0,7%
Brasil	12	0,1%	30	0,2%	50	0,3%	25	0,2%
SUBTOTAL	13.356	83,3%	13.647	81,5%	15.551	80,8%	8.600	79,0%
DEMAIS PAÍSES	2.600	16,7%	3.134	18,5%	3.702	19,1%	2.156	20,1%
TOTAL GERAL	16.046	100,0%	16.981	100,0%	19.253	100,0%	10.756	100,0%

Fonte: UNCTAD DTIC/DTI - Diretoria de Estatística e Cooperação, que baseou os dados na UNCTAD Database of Trade Statistics, CD December 2008.

Periodo referente ao ano fiscal 2007/2008, fevereiro a junho de 2008, apresentado em 31 de dezembro de 2008.

(1) Janeiro a junho.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2005	% no total	2006	% no total	2007	% no total	2008 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES								
China	2.349	9,2%	4.605	13,9%	6.363	16,2%	3.382	15,0%
Arábia Saudita	2.816	11,1%	3.546	10,5%	4.276	10,0%	2.780	12,4%
Emirados Árabes Unidos	2.520	10,3%	3.294	9,7%	3.974	10,1%	2.177	9,7%
Canadá	1.532	6,0%	2.188	6,0%	2.239	5,7%	1.214	5,7%
Reino Unido	1.264	5,0%	1.589	4,7%	1.917	4,9%	1.007	4,5%
Japão	1.633	6,4%	1.895	5,7%	1.716	4,4%	872	3,9%
Malásia	732	2,7%	827	2,7%	1.383	3,6%	735	3,3%
Além da Ásia	1.145	4,6%	1.395	4,1%	1.367	3,5%	711	3,2%
Índia	684	2,7%	508	1,6%	1.029	2,6%	697	2,8%
Frances	721	2,8%	997	2,0%	839	2,4%	450	2,0%
Cingapura	448	1,6%	848	2,5%	931	2,4%	836	3,7%
Índia	577	2,3%	714	2,1%	886	2,3%	594	2,6%
Itália	437	1,7%	740	2,2%	783	2,0%	418	1,9%
República da Coreia	500	2,6%	746	2,2%	746	1,9%	407	1,8%
Tailândia	536	2,1%	717	2,1%	728	1,9%	361	1,6%
Irã	363	1,4%	436	1,3%	550	1,4%	291	1,3%
Frances	297	1,2%	550	1,6%	528	1,3%	363	1,6%
Canadá	326	1,3%	411	1,2%	498	1,3%	325	1,4%
Países Baixos	213	0,8%	386	1,1%	453	1,2%	234	1,3%
Ucrânia	261	1,0%	322	1,0%	400	1,0%	214	1,0%
Austrália	452	1,6%	258	0,9%	398	1,0%	210	1,0%
Bélgica	306	1,2%	316	0,9%	332	0,8%	163	0,7%
Suécia	386	1,5%	404	1,2%	300	0,8%	255	1,1%
Suíça	493	1,8%	287	0,8%	302	0,8%	152	0,7%
Brasil	322	1,3%	213	0,6%	163	0,4%	88	0,4%
SUBTOTAL	21.788	85,7%	28.090	85,8%	33.654	85,8%	19.260	85,6%
DEMAIS PAÍSES	3.622	14,3%	4.776	14,1%	6.551	14,2%	3.244	14,4%
TOTAL GERAL	25.410	100,0%	33.866	100,0%	39.206	100,0%	22.504	100,0%

Fonte: UNCTAD DTIC/DTI - Diretoria de Estatística e Cooperação, que baseou os dados na UNCTAD Database of Trade Statistics, CD December 2008.

Periodo referente ao ano fiscal 2007/2008, fevereiro a junho de 2008, apresentado em 31 de dezembro de 2008.

(1) Janeiro a junho.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PAQUISTÃO**

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2007 ⁽¹⁾	Part. %
	(US\$ mil)	
EXPORTAÇÕES		
Algodão	3.440	19,3%
Outros artefatos têxteis confeccionados	3.179	17,8%
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.851	10,4%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.371	7,7%
Cereais	1.244	7,0%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	994	5,6%
Obras de couro; artigos de couro ou de couro; artigos de viagem	602	3,9%
Embarcações e estruturas flutuantes	430	2,4%
Pele, exceto a pele têxtil, e couros	392	2,2%
Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	386	2,2%
Sal; enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	252	1,4%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	241	1,4%
Subtotal	14.472	81,1%
Demais Produtos	3.366	18,9%
Total Geral	17.838	100,0%
IMPORTAÇÕES		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	8.350	25,6%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.448	10,3%
Caçadeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.262	10,0%
Produtos químicos orgânicos	1.570	4,8%
Ferro fundido, ferro e aço	1.543	4,7%
Veículos automóveis, tratores, ônibus	1.410	4,4%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	1.301	4,0%
Plásticos e suas obras	1.281	3,9%
Algodão	918	2,8%
Adubos ou fertilizantes	748	2,3%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	645	2,0%
Embarcações e estruturas flutuantes	573	1,8%
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos	501	1,5%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	467	1,4%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	401	1,2%
Produtos diversos das indústrias químicas	393	1,2%
Subtotal	26.821	82,3%
Demais Produtos	6.773	17,7%
Total Geral	32.594	100,0%

Elaborado pelo MRE/MDIC - Divisão de Informações Comerciais, com base em dados do UNCTAD/TIC/TradeMap.

Divergências nos dados nacionais são explicadas pelo uso de diferentes bases.

(1) Última posição disponível.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PAQUISTÃO**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PAQUISTÃO ⁽¹⁾	(US\$ mil)	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações		97.645	290.288	193.851	147.934	309.038
Variação em relação ao ano anterior		114,4%	137,3%	-33,2%	-23,7%	108,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾		0,7%	1,6%	0,9%	0,6%	0,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%
Importações		9.525	10.876	29.748	59.022	72.499
Variação em relação ao ano anterior		45,8%	86,7%	173,5%	88,2%	44,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾		0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial		104.170	301.164	223.699	197.956	381.537
Variação em relação ao ano anterior		108,3%	189,1%	-26,8%	-11,5%	82,7%
Part. (%) no total do Intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾		0,4%	0,8%	0,5%	0,4%	0,5%
Part. (%) no total do Intercâmbio brasileiro		0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Balança comercial		91.120	179.412	164.103	97.912	236.539

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MERCOSER/Anexo.

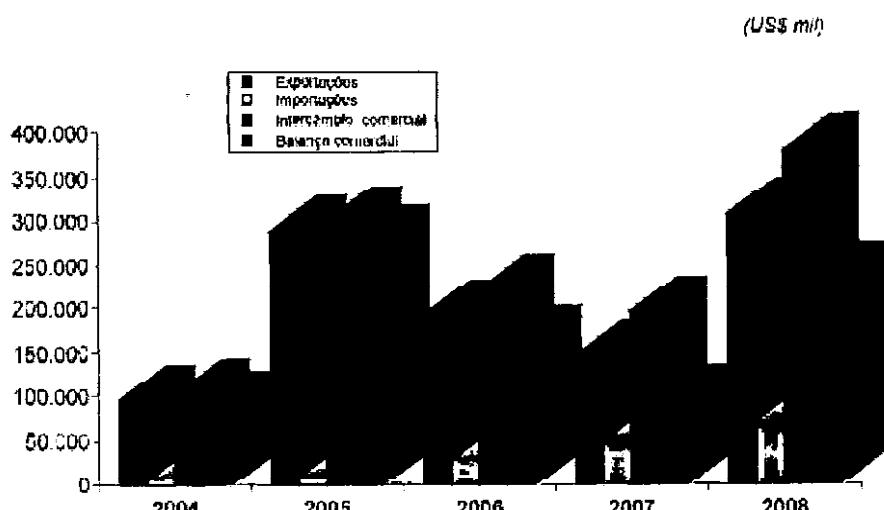
(1) As estatísticas apresentadas no Balanço Comercial do Intercâmbio brasileiro e das importações de países da Ásia não podem ser aplicadas para uso de países vizinhos e nem são por natureza padronizadas ou elaboradas.

(2) Fazem parte da Ásia.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PAQUISTÃO	(US\$ mil, fob)	2008 (Jan-abr)	2009 (Jan-abr)
Exportações		116.924	69.669
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		543,7%	-39,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia		1,3%	0,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,2%	0,2%
Importações		23.306	19.683
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		66,3%	-16,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia		0,2%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,1%
Intercâmbio Comercial		138.710	89.442
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		320,6%	-35,5%
Part. (%) no total do Intercâmbio Brasil-Ásia		0,9%	0,4%
Part. (%) no total do Intercâmbio brasileiro		0,1%	0,1%
Balança Comercial		91.938	50.276

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MERCOSER/Anexo.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PAQUISTÃO
2004-2008**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MERCOSER/Anexo.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PAQUISTÃO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PAQUISTÃO (US\$ mil - fob)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Algodão	69.374	35,8%	93.769	63,4%	149.903	48,6%
Algodão simplesmente debulhado, não cardado, nem penteado	62.143	32,1%	87.996	59,5%	148.919	48,2%
Outros tipos de algodão não cardado nem penteado	6.434	3,3%	5.772	3,9%	983	0,3%
Cereais	0	0,0%	0	0,0%	80.796	26,1%
Tribo (exceto tribo duro ou para sementeira) e tribo com centeio	0	0,0%	0	0,0%	70.826	25,8%
Plásticos e suas obras	5.330	2,7%	6.240	4,2%	15.512	5,0%
Poliétileno sem carga, densidade<0,94, forma primária	4.831	2,5%	5.414	3,7%	8.755	2,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10.623	5,4%	1.748	1,2%	13.485	4,4%
Transformador de dielétrico líquido, pot>10000KVA	7.617	3,9%	0	0,0%	12.013	3,9%
Motor elétr. com alavan. trif. 75kW	369	0,1%	499	0,3%	607	0,2%
Caideiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	14.019	7,2%	9.158	6,2%	8.617	2,8%
Válvulas redutoras de pressão	1.519	0,8%	141	0,1%	3.764	1,2%
Anéis de segmento, para motores a diesel ou semidiesel	570	0,3%	992	0,7%	767	0,2%
Bombas p/ distrib. combust./áqua, em postos serviço	1.396	0,7%	548	0,4%	618	0,2%
Passo e carão, obras de pasta celulósica	3.237	1,7%	3.666	2,5%	8.634	2,8%
Café, chá, mate e especiarias	1.120	0,6%	261	0,2%	3.723	1,2%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	4.062	2,1%	3.214	2,2%	3.671	1,2%
Produtos cerâmicos	1.579	0,8%	1.829	1,2%	2.916	0,9%
Produtos químicos orgânicos	1.469	0,8%	2.737	1,9%	2.610	0,8%
Amuns e munições, suas partes e acessórios	671	0,3%	1.030	0,7%	2.489	0,6%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	1.392	0,7%	1.315	0,9%	2.351	0,8%
Carnes e miudezas, comestíveis	384	0,2%	688	0,5%	2.224	0,7%
Açúcares e produtos de confeitaria	65.417	28,6%	849	0,6%	1.494	0,5%
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose, quim.pura, sol.	41.614	21,5%	849	0,6%	1.494	0,5%
Açúcar de cana, em bruto	13.803	7,1%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	168.577	87,0%	126.509	85,5%	298.305	96,5%
Demais Produtos	25.274	13,0%	21.426	14,5%	10.733	3,5%
TOTAL GERAL	193.851	100,0%	147.934	100,0%	309.038	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alcanceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PAQUISTÃO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PAQUISTÃO (US\$ mil - fob)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Algodão	11.263	37,9%	18.674	37,3%	25.368	35,0%
Tecido de algodão>=85%, branq.pto tafetá	187	0,6%	2.200	4,4%	8.760	12,1%
Tecido de algodão >= 85%, estampado, pto tafetá, 100	1.013	3,4%	1.454	2,9%	2.799	3,9%
Tecido de algodão>=85%, cru, ponto tafetá 100	191	0,6%	472	0,9%	2.582	3,6%
Tecido de algodão>=85%, estampado, pto tafetá, P<=100g/m2	39	0,1%	90	0,2%	1.404	1,9%
Fio algodão>=85%, retorc.fibra n/pent.232,56 D<=T<714,29D	172	0,6%	1.913	3,8%	1.394	1,9%
Fio algodão >= 85%, simples, n/pent. 230,00<=T<714,29D	1.303	4,4%	2.333	5,1%	230	0,3%
Fio algodão>=85%, retorc.fibra n/pent.título>=714,29dec.	763	2,6%	1.643	3,3%	56	0,1%
Fio algodão>=85% cru; simpl.fibra pent.192,3D<=T<232,56D	802	2,7%	1.427	2,9%	33	0,0%
Outros artetatos tóxets confeccionados, sortidos, etc.	2.772	9,3%	7.071	14,1%	13.839	19,1%
Roupas de cama, de algodão, estampadas	269	0,9%	2.201	4,4%	4.010	5,5%
Outras roupas de cama, de algodão	134	0,3%	1.595	3,2%	5.547	4,0%
Roupas de toucador/ocozinha, de tecido atoalhado de algodão	1.895	6,4%	2.833	5,3%	3.141	4,3%
Fibras sintéticas/artificiais, descontínuas	3.050	10,3%	4.700	9,4%	5.224	7,2%
Tecido poliéster com menos de 85% com algodão, P<=170 g/m2, tafetá, estamp	1.900	6,4%	1.586	3,2%	2.692	3,7%
Tecido poliéster com menos de 85% de algodão, tafetá, cru, branqueado	540	1,8%	1.081	2,2%	938	1,3%
Instrumentos, aparelhos de óptica, foto, precisão, médicos	3.305	11,4%	4.511	9,0%	6.034	6,9%
Outros instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia	2.211	7,4%	2.931	5,9%	3.195	4,4%
Outros instrumentos e aparelhos p/ odontologia	1.139	3,8%	1.479	3,0%	1.608	2,2%
Brinquedos, jogos, artetatos para divertimento/esporte	3.358	11,3%	3.046	6,1%	4.042	5,6%
Bolas infláveis	2.992	10,1%	2.477	5,0%	3.766	5,2%
Peteca, exceto a peteteria, e couras	227	0,6%	1.030	3,7%	4.002	5,6%
Couras int. bovinas, n/div, "wet blue", S<2,6m2	0	0,0%	907	1,8%	3.071	4,2%
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.574	5,3%	3.388	6,8%	3.881	5,4%
Luvas, etc. de malha, impregnadas, etc. de plástico/borracha	417	1,4%	693	1,4%	1.212	1,7%
Outras malas e semelh. malha de algodão	0	0,0%	1.674	3,3%	909	1,3%
Luvas, etc. de malha de algodão	533	1,6%	700	1,4%	664	1,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	991	3,3%	1.671	3,1%	2.850	3,9%
Ferramentas, artetatos de cutelaria, de metais comuns	1.044	3,5%	1.561	3,2%	2.668	3,7%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico	1	0,0%	688	1,4%	1.228	1,7%
Subtotal	27.063	93,0%	47.069	84,1%	66.194	84,0%
Demais Produtos	2.079	7,0%	2.953	5,9%	4.345	6,0%
TOTAL GERAL	29.748	100,0%	50.022	100,0%	72.499	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alcanceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PAQUISTÃO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PAQUISTÃO (US\$ mil - fob)	2008 (jan-abr)	% no total	2009 (jan-abr)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	204	0,2%	17.376	24,9%
Algodão	21.523	19,7%	12.279	17,6%
Cereais	70.447	61,1%	10.259	14,7%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	1.313	1,1%	5.480	7,8%
Plásticos e suas obras	6.533	5,7%	3.849	5,5%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos e espaciais	0	0,0%	3.488	5,0%
Açúcares e produtos e confeitaria	0	0,0%	2.905	4,2%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	585	0,5%	2.710	3,9%
Ferro fundido, ferro e aço	1	0,0%	2.636	3,8%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	1.317	1,1%	1.593	2,3%
Subtotal	101.923	88,4%	62.575	89,6%
Demais Produtos	13.401	11,6%	7.284	10,4%
TOTAL GERAL	115.324	100,0%	69.859	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Algodão	7.008	30,0%	6.346	32,4%
Outros artefatos têxteis confeccionados	5.566	23,8%	3.991	20,4%
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.062	4,6%	2.183	11,1%
Branquedos, jogos, artigos para divertimento, esportes	678	2,9%	1.330	6,8%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	1.480	6,3%	1.094	5,6%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	2.729	11,7%	951	4,9%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, de metais comuns	652	2,8%	789	4,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	930	4,0%	657	3,4%
Filamentos sintéticos ou artificiais	219	0,9%	521	2,7%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	454	1,9%	442	2,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	442	2,3%
Obras de couro, artigos de correio ou de seleiro	205	0,9%	292	1,5%
Subtotal	20.981	89,7%	19.038	97,2%
Demais Produtos	2.405	10,3%	945	2,8%
TOTAL GERAL	23.386	100,0%	19.983	100,0%

Elaborado pelo MRE/MDIC - Centro de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MÓDULO EX/IMP do Siscomex.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os Volumes apresentados em jan-abr/2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral Política II (SGAP II)

Departamento do Oriente Médio e Ásia Central (DOMA)

Divisão da Ásia Central (DASC)

MENSAGEM AO SENADO FEDERAL
TRADUÇÃO

2009

REPÚBLICA DO TADJIKISTÃO

ÍNDICE

I – Mapa Geográfico e Bandeira Nacional

II – Introdução

III – Dados básicos

IV – Síntese histórica

V – Política interna

 V.1. Direitos humanos

VI – Política externa

VII – Economia

VIII – Relações bilaterais

I. Mapa e Bandeira Nacional



II – Introdução

O Tadjiquistão, a menos desenvolvida das repúblicas da região da Ásia Central, difere de seus vizinhos pela origem persa da população e do idioma.

Os cinco anos de guerra civil entre o governo (apoiado pela Rússia) e a oposição islâmica ocasionaram a morte de cerca de 50mil pessoas e o deslocamento de cerca de um décimo da população (cerca de 1,2 milhão de pessoas), que se refugiou nos países vizinhos. O conflito, que terminou em 1997 com um acordo de paz patrocinado pelas Nações Unidas, deixou sérias marcas. A economia, que já era a mais frágil da antiga União Soviética, sofreu profundamente os efeitos do desmantelamento desta e do conflito interno, e depende hoje basicamente da exportação de alumínio e, em segundo plano, de algodão.

Quase a metade da população tadjique tem menos de 14 anos de idade. O país apresenta o maior crescimento demográfico dentre os componentes da extinta União Soviética e um nível de vida extremamente baixo, com 60% da população abaixo da linha de pobreza. A principal colheita é a do algodão num país em que somente 5% da terra são cultiváveis. Os recursos minerais (prata, ouro, urânio e tungstênio) são limitados. O potencial hidrelétrico, no entanto, é grande, embora se encontre subaproveitado. O setor industrial tadjique mais expressivo é o da produção de alumínio (a *Talco* – “Tajikistan Aluminum Plant” – é a maior empresa do país) e outras pequenas fábricas.

III. Dados Básicos

Nome oficial: República do Tadjiquistão

Capital: Dushanbe.

Fronteiras: Afeganistão (1.206 km), Uzbequistão (1.161 km), República Quirguiz (870 km) e China (414 km).

Área: 143.100 Km²

Clima: continental, árido frio

Recursos naturais: petróleo, ouro, prata, urânio, mercúrio, couro, zinco, cobre, carvão e tungstênio

População: 6,4 milhões de habitantes (FMI, 2007, estimativa)

Densidade demográfica: 47,5 habitantes por Km² (Economist Intelligence Unit, 2006)

Composição étnica da população: tadjiques (65%), uzbeques (25%), russos (4%) e cerca de quarenta e três minorias, que totalizam 6% da população

Religiões: muçulmana (90%, sendo 85% sunitas e 5% xiitas), outras, 10%

Idiomas oficiais: tadjique (íngua oficial) e russo

Taxa de alfabetização: 99% (Banco Mundial, 2005)

Repartição administrativa: 2 províncias (viloyat) e 1 província autônoma (viloyati mukhtor)

Principais cidades: Dushanbe, Khujand, Kulob, Qurghonteppa, Istaravshon, Khorog

Indicadores sócio- econômicos

Produto nacional bruto (GNI): US\$ 2,6 bilhões (Banco Mundial, 2006)

GNI per capita: US\$ 3,7 bilhões (FMI, 2007,e)

Crescimento do PIB: 7,5% (FMI, 2007,e)

Estrutura do PIB (banco Mundial 2007,e):

- Setor Agrícola: 21,4%
- Serviços: 51%
- Indústria: 27,5%

Moeda Nacional: Somoni (TJS)

Câmbio: US\$ 1 = TJS 3,44 (Banco Nacional do Tadjiquistão, agosto de 2007)

Inflação: 12,5 % de 2004 a 2006 (Banco Mundial, 2006)

Comércio exterior:

Exportações (FOB US\$): US\$ 1,399 milhões (Fundo Monetário Internacional, 2007)

Principais produtos de exportação: alumínio, algodão, eletricidade, frutas, óleo vegetal e têxteis

Principais destinos das exportações: Rússia 19,3%, Cazaquistão 12,7%, Uzbequistão 11,5%, Azerbaijão 8,6%, China 7%, Ucrânia 6,2%, Romênia 4,6% e Turcomenistão 4%. (MDIC/SECEX)

Importações (US\$): 1,725 milhões (Fundo Monetário Internacional, 2007)

Principais produtos de importação: combustíveis, óxido de alumínio, maquinaria e equipamentos, produtos alimentícios.

Origem das importações: Holanda 46,6%, Turquia 15,8%, Rússia 9,1%, Uzbequistão 7,3% Lituânia 4,9% e Irã 4%. (MDIC/SECEX)

Taxa de crescimento da população: 2,4%.

Taxa de mortalidade infantil: 75/1000 (Banco Mundial, 2005)

Expectativa de vida ao nascer: 64 anos (Banco Mundial, 2006)

Taxa de migração: -2,67 por 1000

IV. Síntese Histórica

O Tadjiquistão situa-se numa região invadida, desde 300 a.C., pelos persas, árabes, mongóis, turcos e russos. Os primitivos habitantes do território tadjique eram de origem persa. A invasão do Tadjiquistão pelos árabes ocorreu no século VIII. Posteriormente, o território foi invadido pelos turcos. Até meados do século XVIII os tadjiques foram subordinados ao Emirado de Bukhara, que mais tarde se converteu em protetorado russo, quando a Rússia conquistou a Ásia Central, em 1868.

Com a Revolução de 1917, grande parte do território tadjique foi incluída na República Socialista Autônoma de Turquestão. Mais tarde surge a República Socialista Autônoma do Tadjiquistão, dentro da República Socialista Soviética do Uzbequistão (criada em 1924). Em 1929 converteu-se em República Socialista Soviética do Tadjiquistão.

Em agosto de 1991, a tentativa de golpe contra Mikhail Gorbachev conduziu à queda dos dirigentes soviéticos no Tadjiquistão. Em setembro do mesmo ano foi proclamada a independência, mas os comunistas, liderados por Rakhmon Nabiyev, venceram as eleições. Em 1992, o país mergulhou numa guerra civil entre os comunistas –

apoados pelos russos – e grupos islâmicos. O Presidente Nabihev renunciou e foi substituído pelo atual Presidente do Tadjiquistão, Emomali Rakhmonov. Em junho de 1997, o Presidente Rakhmonov e grupos islâmicos da “Oposição Tadjique Unida” (OTU) assinaram um acordo de paz. A OTU passou a integrar a coalizão do governo, mas opositores continuam agindo com o apoio de grupos islâmicos nos países vizinhos, sobretudo no Afeganistão.

Reeleito em novembro de 1999, com o apoio de 97% dos votantes, em eleição acusada pela oposição de fraudulenta, Rakhmonov foi, mais uma vez, reconduzido ao cargo, em novembro de 2006, com 79% dos sufrágios a seu favor.

V. Política Interna

Sistema político

A Constituição, aprovada em 6 de novembro de 1994, estabelece que o Tadjiquistão é uma República presidencialista. O Presidente é eleito pelos cidadãos do país com base no sufrágio universal direto. O mandato presidencial passou de 5 para 7 anos após referendo constitucional, realizado em 26 de setembro de 1999. Cabe ao Chefe de Estado indicar o Primeiro-Ministro e os demais membros do gabinete mediante aprovação da Assembléia Suprema. O sistema judicial é composto pela Corte Suprema de Justiça, sendo os juízes indicados pelo Presidente da República.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembléia Suprema, bicameral, (“Majlis Oli”), composta pela Assembléia dos Representantes (“Majlis Namoyandagon” – formada por 63 deputados, eleitos pelo voto popular por um período de 5 anos), e pela Assembléia Nacional (“Majlis Milli” – 33 membros, eleitos indiretamente por um período de 5 anos). O Presidente indica um quarto da Assembléia Nacional e todos os ex-presidentes são membros vitalícios da casa, se assim o desejarem.

Política interna

O partido governista, Partido Democrático do Povo do Tadjiquistão (PDPT), ao qual o Presidente Rakhmonov pertence, tem dominado todas as eleições parlamentares, com o recurso a diversas irregularidades denunciadas por observadores internacionais.

O único partido da oposição que possui representação parlamentar é o Partido do Renascimento Islâmico. Como nas demais ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, a maioria da população tadjique professa o islamismo. Desde o final da Guerra Civil atribui-se grande importância à presença de partidos islâmicos no Parlamento. Em 1997, o Governo assinou um acordo com a oposição, que concedeu ao Partido Islâmico Tadjique 30% dos assentos no Congresso.

Eleições Presidenciais de 2006

O Partido do Renascimento Islâmico, perdeu, três meses antes do pleito presidencial de 2006, sua maior figura, o líder histórico do partido, Said Abdullo Nuri, que faleceu após longa doença em sua residência no dia 9 de agosto daquele ano.

Nuri estava determinado a participar ativamente das eleições presidenciais, apesar de militantes sugerirem que o partido as boicotasse. No processo eleitoral, com a perda de Nuri, acabou prevalecendo a tese da não participação das oposições no pleito, tanto do PRI, quanto do Partido Social-Democrata.

Assim, nas eleições, realizadas em 6 de novembro daquele ano, Emomali Rakhmonov foi reeleito com 79,3% dos votos. Concorria com mais três candidatos, embora nenhum deles representasse verdadeira oposição ao regime.

V.1. Direitos humanos

Os jornais independentes do Tadjiquistão sofrem contínuas intimidações e acusações criminais e, em muitos casos, são banidos pelas autoridades. Também são obrigados a pagar pesada carga tributária. A Comissão de Estado do Tadjiquistão, responsável pelo fornecimento das licenças para a imprensa interna e internacional, negou-se a fornecer autorização para o funcionamento da British Broadcasting Corp (BBC), com base numa lei de 2005 (“Sobre a Licença de Certos Tipos de Atividades”), cujo artigo 12 restringe a liberdade de imprensa. A lei também é usada para censurar a mídia local, conforme denuncia a ONG “Repórteres sem Fronteiras”. Após pressões, a BBC poderá continuar colhendo informações, mas não poderá transmiti-las aos cidadãos tadjiques.

Haveria, ainda, repressão a opositores do regime: o líder do Partido Social Democrata, Rahmatullo Zoirov, em conferência realizada em 29/08/2006, em Dushanbe, declarou-se vítima de um suposto atentado, por envenenamento, afirmando que testes foram feitos na Suíça e confirmaram a presença de substâncias tóxicas no seu sangue.

VII. Economia

A economia do Tadjiquistão sofreu enormes danos causados pelos cinco anos de guerra civil, de 1992 a 1997, e pela perda de subsídios vindos de Moscou depois de sua independência. Embora a privatização das empresas estatais tenha contribuído para o aumento da produtividade do país, a situação econômica ainda permanece debilitada. A implementação desigual das reformas, a difícil governabilidade, o crescimento do desemprego e o problema da dívida externa, constituem os principais obstáculos para a melhora da economia.

Alumínio e algodão são os principais produtos de exportação e, desde 2001, contam como 70% do total de exportações. Apesar do crescimento favorável da economia nos últimos anos, seu tamanho continua 50% menor do que era em 1989.

A eletricidade é o terceiro item mais exportado pelo Tadjiquistão, mas atualmente sua produção está abaixo do potencial, por causa da falta de investimento nas usinas hidrelétricas – o Tadjiquistão explora somente 5% de sua capacidade potencial hidrelétrica. O término de duas novas centrais hidrelétricas, inacabadas desde a queda da União Soviética, Sangtuda e Rogun, permanece uma das principais preocupações do governo. Em certas comunidades, os cidadãos estão construindo hidroelétricas domésticas para consumo da comunidade em que vivem, enquanto não se ultimarem as obras das que estão inacabadas. Entretanto, a participação de investimentos russos e iranianos na conclusão das centrais hidrelétricas poderá elevar a produção de energia nos próximos anos e aumentar a exportação de eletricidade no país.

VIII - Política Externa

A reeleição de Rakhmonov, em novembro de 2006, foi saudada pelos países ocidentais, que vêem no Presidente tadjique o interlocutor mais “adequado” para levar adiante uma agenda “ocidentalizante” e o combate ao fundamentalismo na Ásia Central.

O Tadjiquistão tornou-se um elo importante na movimentação das forças da OTAN/ISAF, que buscam pacificar o vizinho Afeganistão. O consentimento do Tadjiquistão a que aviões militares das forças aliadas sobrevoem seu território constitui apoio fundamental ao processo.

Rakhmon tem buscado acercar-se das potências influentes, não somente da Rússia, mas também da China, dos Estados Unidos, da Índia, do Irã e do Paquistão. Washington reconhece o empenho de Rakhmonov no sentido de preservar seu país como uma fronteira secular ao norte do Afeganistão fundamentalista.

Outro papel que Rakhmonov será convidado a desempenhar nos próximos sete anos de mandato, segundo os analistas, é o de elo de aproximação entre o Irã e o Afeganistão, difícil, como se depreende, pela recalcitrância norte-americana, até o governo do Presidente George W. Bush, a que se criassem vínculos entre Cabul e Teerã. Não obstante, já havia um precedente: o encontro, no início de 2006, no Tadjiquistão, entre os presidentes Hamid Karzai, do Afeganistão, e Mahmoud Ahmadinejad, do Irã, patrocinado por Rakhmon, justamente porque, segundo um analista, “os americanos não concordariam com que Karzai fosse a Teerã, mas não se oporiam a que se encontrasse com o mandatário iraniano em Dushanbe”. Iranianos, tadjiques e algumas minorias afegãs, dividem fortes laços culturais e lingüísticos. Os três países têm ensaiado tentativas de promover cooperação em questões de segurança, economia, educação e divulgação da língua e cultura persa.

Os analistas questionam qual será a postura da Rússia frente a esta política de aproximação com o Ocidente. Muito embora Moscou ainda mantenha um contingente de 6 mil militares, tanques e aviões de combate no sul da sua ex-república e esteja buscando, pela via da cooperação econômica, recuperar um pouco da perdida influência, certo é que o Primeiro-Ministro russo, Vladimir Putin, já demonstrou seu descontentamento e comparou

o papel que Washington busca desempenhar ao de “um boi numa loja de porcelana” (*sic*). No fulcro da questão encontram-se os planos da megaempresa “Rusal” de investir mais de US\$ 1,6 bilhão em uma usina de alumínio e em projetos de hidroeletricidade no Tadjiquistão com destino ao mercado russo. Com relação a estes últimos, Dushanbe aparenta ter uma visão distinta: preferiria vender a eletricidade ao Afeganistão e ao Paquistão.

No que tange à China, até agora a poderosa vizinha demonstrou pouco interesse em estreitar os vínculos: apenas em 2004 os dois países abriram seus primeiros postos de fronteira e somente agora Pequim vem-se mobilizando para participar de projetos de infraestrutura no Tadjiquistão. Nesse quadro, temem os analistas que à medida que as exportações chinesas aumentem de vulto e passem a competir com a indústria local, acirre-se o sentimento anti-chinês, a exemplo do que ocorreu na República Quirguiz. A questão do desemprego, que expulsa todos os anos para a Rússia, em trabalho temporário, vários milhares de tadjiques, poderá constituir desafio suplementar para Rakhmonov no próximo mandato.

O Governo tadjique vem tentando acelerar sua entrada na OMC (o Tadjiquistão solicitou sua candidatura em 2001). No entanto, economistas discutem que entrada precipitada na OMC pode prejudicar a frágil economia do país. Uma das consequências imediatas que o Tadjiquistão enfrentará caso entre na OMC é a necessidade de emendar toda uma série de leis, regulamentação de comércio e todo um plano de vistoria aduaneira visando se adequar às regras da Organização. Em contrapartida, uma nova estrutura de regulamentação comercial atrairia investidores externos que têm investido pouco no país.

Em fins de julho de 2007, concluiu-se a participação do trabalho do “Escritório das Nações Unidas para Construção da Paz” (Tajikistan Office of Peace-building – UNTOP) naquele país. Vladimir Sotirov, representante do Secretário-Geral das Nações Unidas no país, afirmou que tal fato demonstra a estabilidade e a capacidade tadjique de manter a paz em seu território. O Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Presidente da República afirmaram na ocasião que a missão chegou a seu termo com sucesso.

IX. Relações com o Brasil

O estabelecimento das relações bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a República do Tadjiquistão foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 29 de março de 1996, em Moscou.

As relações políticas entre os dois países vêm se aprofundando e lograram seu ápice com o convite formulado pelo Presidente Rakhmonov ao Presidente Lula de visitar o Tadjiquistão, ainda sem data para sua realização.

Comércio Brasil -Tadjiquistão

As exportações brasileiras para o Tadjiquistão têm aumentado ininterruptamente desde 2003, quando atingiram o montante de US\$ 181 mil, até 2006, ano em que as exportações alcançaram mais de US\$ 2,5 milhões. A tendência crescente prosseguiu em 2007, ano em que o intercâmbio atingiu US\$ 9,1 milhões. Em 2008 as trocas entre o Brasil e o Tadjiquistão chegaram a uma marca recorde de US\$ 21,4 milhões. Em toda a série histórica cabe destacar o predomínio do saldo comercial a favor do Brasil, chegando ao índice de mais de 90% do intercâmbio bilateral.

Comércio Bilateral

Intercâmbio Comercial Brasil/Tadjiquistão (US\$ mil FOB)	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações	181.618	306.016	1.177.639	2.570.551	9.105.155	21.407.605
Importações	108	64.514	20.791	255.361	2.421	8.688
Saldo Comercial	181.510	241.502	1.156.848	2.315.190	9.102.734	21.398.917

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE

Principais produtos:

- **Exportações:** carnes, alimentos preparados, café solúvel.
- **Importações:** aparelhos e material elétrico, reveladores para uso fotográfico, contas de vidro.

ANEXO

I. Perfis Biográficos das Principais Autoridades

EMOMALI RAKHMON

Presidente da República

- Nasceu em 5 de outubro de 1952, em Dangara. Casado, tem nove filhos.
- Em 1982, graduou-se em economia na Universidade Estadual do Tadjiquistão. No mesmo ano foi presidente do Comitê de Sindicatos das Cooperativas Agrícolas em Dangara;
- De 1976 a 1988 foi presidente do Comitê de Sindicatos das Cooperativas Agrícolas na província de Koalyab. Ele também ocupou vários cargos de liderança no governo durante esse período;
- Em 1992, Rahmonov foi eleito Presidente do Comitê Executivo da província de Koalyab e Presidente da Câmara Legislativa local. No mesmo ano, foi eleito presidente da Assembleia Suprema da República do Tadjiquistão;
- Em 16 de novembro de 1994, foi eleito Presidente da República do Tadjiquistão. Em 6 de novembro de 1999 foi reeleito Presidente por um período de sete anos.

OKIL GHAYBULLOYEVICH OKILOV

Primeiro-Ministro

- 1944 – Nasceu em Khujan ;
- Primeiro-Ministro desde 20 de dezembro de 1999;
- Confirmado Primeiro-Ministro em 1º de novembro de 2006;

HAMROKHON ZARIPOV

Ministros das Negócios Estrangeiros

- 25 de dezembro de 1948 – Nasceu em Khatlon;
- É casado, dois filhos;
- 1966 a 1971 - Graduando em Matemática e Física pelo Instituto Estadual Pedagógico de Kulyab;
- 1971 a 1972 – Professor do Departamento de Física no Instituto Estadual Pedagógico de Kulyab
- 1972 a 1973 – serviu nas forças armadas;
- 1973 a 1974 – Pesquisador no Instituto Técnico-Físico de Pesquisas Científicas em Dushanbe;
- 1974 a 1993 – Foi do serviço de segurança do Tadjiquistão;
- 1993 a 1995 – Vice Chefe do Departamento e Chefe do Departamento dos Negócios Estrangeiros em Dushanbe;
- 1995 a 1996 – Vice Ministro dos Negócios Estrangeiros do Tadjiquistão;
- 1996 a 2002 – Representante Permanente da República do Tadjiquistão na Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) em Viena;
- 1997 a 2002 – Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Tadjiquistão na Áustria;
- 1998 a 2002 – Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Tadjiquistão na Confederação Suíça, com residência em Viena;
- 1999 a 2002 – Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Tadjiquistão na Hungria, com residência em Viena;
- 2002 a 2006 – Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Tadjiquistão nos Estados Unidos da América;
- 1º de dezembro de 2006 – Ministro dos Negócios Estrangeiros do Tadjiquistão.

YULDOSHEV ABDULLO KURBONMAMADOVICH
Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros

- 1948 – nasceu na cidade de Angren no dia 20 de outubro;
- Fala inglês, árabe e línguas turcas;
- É casado e têm duas filhas;
- 1966 a 1970 – graduou-se na Universidade do Estado Tadjique em Filologia do Oriente;
- 1970 a 1972 – tradutor de árabe na República do Iêmen;
- 1972 a 1973 – Chefe do quadro de cientistas no Instituto Logístico Filologia da Academia de Ciências da antiga URSS em Dushanbe;
- 1973 a 1975 – serviu nas forças militares;
- 1975 a 1977 – Chefe do quadro de cientistas no Instituto Logístico de Filologia da Academia de Ciências da URSS em Dushanbe;
- 1977 a 1981 – tradutor de árabe no Iraque;
- 1981 a 1989 – Chefe do quadro de cientistas no Instituto Logístico de Filologia da Academia de Ciências da URSS em Dushanbe;
- 1989 a 1990 – Trainee no Centro de Pesquisas Científicas do Iêmen;
- 1990 a 1991 – Chefe do quadro de cientistas no Instituto Logístico de Filologia da Academia de Ciências da URSS em Dushanbe;
- 1991 a 1992 – Integrante do quadro científico do boletim informativo do Instituto de Letras da Academia de Ciências do Tadziquistão em Dushanbe;
- 1992 a 1994 – Chefe do Setor de Relações Multilaterais e Bilaterais da África e Ásia do Departamento de Relações Multilaterais e Bilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Tadziquistão;
- 1994 a 1997 – Chefe do Departamento de Relações Multilaterais e Bilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- 1998 a 2004 – Chefe do Departamento de Relações Estrangeiras da África e Ásia no Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- 2004 a 2006 – Secretário Consultor da Organização de Cooperação de Xangai em Pequim;
- 2006 a 2007 – Vice Primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros;

SOBIROV MAHMUDJON NOSIROVICH
Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros

1969-1970 – Especialização em agropecuária e criação de produtos aviários, distrito de Hisar;

1970-975 – Estudante do Instituto de Tecnologia de alimentos de Odessa;

1975-1980 – Engenheiro chefe da fábrica produtora de alimentos, subsidiária de Hisar;

1980-1982 – Engenheiro chefe da subsidiária de Dushanbe – área de produção;

1982-1985 – Diretor da subsidiária de Dushanbe – área de produção;

1985-1992 – Vice-ministro para subprodutos do milho da República do Tadjiquistão;

1992-1994 – Ministro de subprodutos do milho da República do Tadjiquistão;

1994-1996 – Conselheiro do Primeiro Ministro da República do Tadjiquistão;

1996-1997- Diretor geral da representação da "Export-Astyk" na República do Tadjiquistão;

1997-1998 – Vice-diretor do departamento de relações com países da CEI do escritório executivo o Presidente da República do Tadjiquistão;

1998-2000 – Chefe da administração do comitê executivo do conselho intergovernamental da comunidade econômica da Ásia Central;

2000-2002 – Chefe da administração do comitê executivo do conselho intergovernamental da comunidade econômica da Ásia Central;

2002-2008 – Embaixador extraordinário e plenipotenciário da República do Tadjiquistão na República Quirguiz.

Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros da República do Tadjiquistão desde 5 de fevereiro de 2008 até o presente. Além de sua língua natal, fala russo e uzbeque.

Casado, pai de três filhos.

II. Lista das Principais Autoridades:

Primeiro Vice-Primeiro Ministro	Hajji Akbar Turajonzoda
Negócios Estrangeiros	Khamrakhon Zaripov
Agricultura	Voris Madaminov
Cultura	Karomatullo Olimov
Defesa	Sherali Khayrulloev
Economia e Comércio	Hakim Soliyev
Educação	Safarali Rajabov
Situações de Emergência	Mirzo Ziyoyev
Energia	Jurabek Nurmahmadov
Finanças	Safarali Najmuddinov
Saúde	Rano Abdurakhmanova
Assuntos Internos	Makhmadnazar Salikov
Indústria	Zaid Saidov
Justiça	Halifabobo Hamidov
Trabalho, Emprego e Bem-Estar Social	Mahmadsho Ilolov
Segurança	Khayruddin Abdurahimov
Transporte	Abdujalol Salimov
Comunicação	Said Zubaidov

III. Principais partidos e blocos políticos

- **Partido Democrático do Povo ou PDPT** – liderado por Emomali Rakhmonov.
- **Partido Democrata ou DPT** – chefiado por Mahmadruzi Iskandarov.
- **Partido do Renascimento Islâmico** - presidido por Muhiddin Kabiri.
- **Partido Social Democrata ou SDPT** - Rahmatullo Zoirov.
- **Partido Socialista ou SPT** - Mirhuseyn Nazriyev.
- **Partido Comunista Tadjique ou CPT** - Shodi Shabdolov.

Existem dois partidos políticos não registrados com mais de 1000 membros:

- **Partido da Justiça e do Progresso** - Suton Quvvatov.
- **Partido Unido** - Hikmatuko Saidov.

IV.Feriados Nacionais

- 1º de Janeiro – Ano Novo (Confraternização Universal)
- Eid-Ul-Adha (ou Idi Qurbon) – Em 2007, a “Festa do Sacrificio”, que encerra a peregrinação a Meca (Trata-se de feriado religioso muçulmano, de data móvel, em que se comemora o desejo de Abraão sacrificar seu próprio filho para Deus.).
- 8 de Março – Dia Internacional da Mulher
- 21-22 de Março – Navrus (Ano Novo Persa)
- 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalho
- 9 de Maio – Dia da Vitória
- 27 de junho – Dia do Acordo Nacional
- 9 de Setembro – Independência do país
- 6 de Novembro – Dia da Constituição
- Idi Ramadan (feriado religioso islâmico, de 3 dias, segundo o calendário lunar)

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS DE ÁFRICA,
ÁSIA, OCEANIA, E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DE ÁSIA E OCEANIA - I**



AFEGANISTÃO

**MENSAGEM AO CONGRESSO
Maio 2009**

ÍNDICE

Dados básicos	03
Situação geográfica e geopolítica	04
Cronologia do Afeganistão	05
Cronologia das relações bilaterais	11
Conjuntura no Afeganistão	13
Nova política dos EUA para o Afeganistão	16
Relações Brasil-Afeganistão	18
Relações comerciais Brasil-Afeganistão	22
Dados econômico-comerciais	23

REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFGANISTÃO
DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Cabul
ÁREA:	647.500 km ²
POPULAÇÃO: (est. 2008)	32.738.376
IDIOMAS:	Dari e pachto (pasthtun)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (97,9%) e outras (2,1%)
SISTEMA POLÍTICO:	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO:	Presidente Hamid Karzai
CHANCELER:	Ministro Rangin Dadfar Spanta
PIB (2008 est. - em bilhões):	nominal: US\$ 12,5 PPP: US\$ 26,2
PIB PER CAPITA (2008 est.):	nominal: US\$ 270; PPP: US\$ 800
UNIDADE MONETÁRIA:	Afegane

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (em milhares de dólares):

BRASIL⇒ AFEGANISTÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações	336,8	181,8	1.451,6	2.683,2	3.207,6	7.715,2
Importações	216,3	326,7	321,1	293,0	579,7	168,6
Superávit/ Déficit do Brasil	120,5	-144,9	1.130,5	2.390,2	2.627,9	7.546,6

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E GEOPOLÍTICA



O Afeganistão é um país mediterrâneo que faz fronteira com seis países: Irã, Turcomenistão, Uzbequistão, Tadjiquistão, China, e Paquistão. Em razão de sua localização geográfica, entre o Oriente Médio, a Ásia Central e o subcontinente indiano, é indiscutível sua relevância estratégica.

O país encontra-se em guerra há mais de duas décadas, desde o início da invasão, pela antiga União Soviética, em 1979. Os combatentes islâmicos Mujahedin, então apoiados e armados por Irã, Paquistão e EUA, resistiram à ofensiva soviética, até a retirada das tropas da ex-URSS, em 1989.

Os dez anos de resistência contra as tropas soviéticas deram lugar, no início dos anos 90, a período de anarquia e guerra civil. Em 1994, surge a milícia islâmica ultra-radical Talibã que toma o poder dois anos depois. Esse grupo fundamentalista, juntamente com a rede terrorista Al Qaeda, é responsabilizado, pelos EUA, pelos atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova York e Washington. Após os atentados, o Governo norte-americano liderou coalizão

internacional que derrubou o regime Talibã, o qual foi sucedido pelo líder da Autoridade Interina, Hamid Karzai, que, em dezembro de 2004, se tornou o primeiro Presidente eleito democraticamente no país.

REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFGANISTÃO

CRONOLOGIA

1919 - O Afeganistão recupera a independência depois de uma terceira guerra contra as forças britânicas.

1926 - Amanullah se auto-proclama Rei e tenta introduzir reformas sociais, o que desperta a oposição de forças conservadoras.

1929 - Amanullah foge depois de distúrbios no país ocorridos em função de suas reformas.

1933 - Zahir Shah se torna Rei do Afeganistão, que vive sob regime monárquico pelos 40 anos seguintes.

1953 - O General Mohammed Daud se torna Primeiro-Ministro. O país se volta para a União Soviética em busca de assistência econômica e militar. Daud introduz uma série de reformas sociais, tais como a abolição do *purdah* (prática de manter as mulheres distantes do olhar público).

1963 - Mohammed Daud é forçado a renunciar ao cargo de Primeiro-Ministro.

1964 – Início da Monarquia Constitucional, que leva à polarização política e a disputas de poder.

1973 - Mohammed Daud toma o poder em golpe de Estado e proclama a República do Afeganistão. Tenta explorar a rivalidade entre a União Soviética e as potências ocidentais. As forças de esquerda se unem à oposição.

1978 - O general Daud é deposto e morto em um golpe perpetrado pelo Partido Democrático do Povo. Conservadores islâmicos e líderes étnicos que se opuseram a mudanças sociais começam uma revolta armada no campo.

1979 - A disputa de poder entre os líderes esquerdistas Hafizullah Amin e Nur Mohammed Taraki, em Cabul, é vencida por Amin. Revoltas no campo continuam e o Exército afgão enfrenta dissolução. A União Soviética acaba enviando tropas para ajudar a derrubar Amin do poder. Ele é executado.

Intervenção soviética

1980 - Babrak Karmal, líder da facção Parcham do Partido Democrático do Povo, torna-se governante com o apoio de tropas soviéticas. A resistência ao regime se intensifica, com vários grupos Mujahedin combatendo as forças soviéticas. Estados Unidos, Paquistão, China, Irã e Arábia Saudita entram no conflito com recursos financeiros e armamentos.

1985 - Os Mujahedin se reúnem no Paquistão para formar uma aliança contra as forças soviéticas. Estima-se que metade da população afgã tenha sido desalojada pela guerra e centenas de pessoas fugiram para o Irã ou o Paquistão. O novo líder soviético, Mikhail Gorbaciov, promete retirar os soldados soviéticos do Afeganistão.

1986 - Os Estados Unidos começam a armar os Mujahedin com mísseis *Stinger*, permitindo que eles derrubem helicópteros bélicos soviéticos. Babrak Karmal é substituído por Najibullah à frente do regime apoiado pelos soviéticos.

1988 - Afeganistão, União Soviética, Estados Unidos e Paquistão assinam acordos de paz e a União Soviética começa a retirar suas tropas do território afgão.

1989 - Os últimos soldados soviéticos deixam o Afeganistão, mas a guerra civil continua e os Mujahedin tentam derrubar Najibullah.

1991 - Estados Unidos e União Soviética concordam em pôr fim à ajuda militar a ambos os lados.

1992 - Najibullah é deposto. Milícias rivais disputam influência.

1993 - Facções Mujahedin concordam em formar um novo governo e Burhanuddin Rabbani, de origem étnica tadjique, é proclamado Presidente.

1994 - A disputa de influência entre as facções continua e o movimento Talibã, dominado pela etnia patã, emerge como o grande rival do governo de Rabbani.

1996 - O Talibã assume o controle de Cabul e introduz o islamismo radical. Rabbani foge, para se unir à Aliança do Norte, que combate o Talibã.

1997 - O Talibã é reconhecido como governante legítimo do país por Paquistão e Arábia Saudita. Os demais países continuam a reconhecer Rabbani como Chefe de Estado. O Talibã passa a controlar cerca de dois terços do país.

1998 - Terremotos matam milhares de pessoas. Os Estados Unidos lançam mísseis contra supostas bases do militante Osama Bin Laden, acusado de ser o responsável por atentados a bomba contra Embaixadas norte-americanas na África.

1999 - A ONU impõe embargo aéreo e sanções financeiras para forçar o Afeganistão a entregar Osama Bin Laden a julgamento.

2001 - A ONU impõe novas sanções contra o Talibã para forçá-lo a entregar Osama Bin Laden; o Talibã destrói estátuas gigantescas de Buda de inestimável valor arqueológico, obriga as minorias religiosas a usarem etiqueta de identificação como não-muçulmanas, e mulheres hindus passam a ser obrigadas a se cobrirem com burcas como as outras mulheres afegãs; oito funcionários estrangeiros de organização humanitária são julgados na Suprema Corte por promover o cristianismo. É assassinado Ahmad Shah Masood, famoso guerrilheiro e líder da principal oposição ao Talibã; os EUA e a Grã-Bretanha bombardeiam o Afeganistão depois que o Talibã se recusou a entregar-lhes Osama Bin Laden, considerado responsável pelos ataques de 11 de setembro, nos EUA; Forças de oposição tomam Mazar-e-Sharif e, em poucos dias, marcham para Cabul e outras cidades.

2001 (5 a 22/dez.) - Em Bonn, grupos afegãos chegam a um acordo para a formação de um governo interino; o Talibã abre mão de seu último reduto, Candahar, mas o mulá Omar continua foragido; Hamid Karzai, líder patã pró-monarquia, é empossado como Chefe de um governo interino de poder compartilhado com 30 membros.

2002 - O primeiro contingente de tropas estrangeiras de paz é enviado ao Afeganistão; o antigo Rei Zahir Shah volta ao país, mas declara que não vai reivindicar o trono; o Conselho de Segurança da ONU prorroga o mandato da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF, em inglês) até dezembro de 2002; forças aliadas continuam campanha para encontrar remanescentes do Talibã e da Al-Qaeda no Sudeste do país; a *Loya Jirga* (Grande Conselho) elege Hamid Karzai como Chefe de Estado, interino. Karzai escolhe os integrantes de sua administração que ficarão nos cargos até 2004; o Vice-Presidente Haji Abdul Qadir é assassinado em Cabul; bombardeio norte-americano, na província de Uruzgan, mata 48 civis, vários deles convidados de uma festa de casamento; Karzai escapa por pouco de tentativa de assassinato em Kandahar, sua cidade natal; Karzai e líderes do Paquistão e do Turcomenistão assinam acordo que abre caminho para a construção de gasoduto que passa pelo Afeganistão para transportar gás natural do Turcomenistão ao Paquistão; o Banco Asiático de Desenvolvimento reinicia empréstimos ao Afeganistão após intervalo de 23 anos.

2003 - Choques entre combatentes do Talibã e forças do governo na província de Candahar deixam um saldo de 49 mortos; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) assume o controle da segurança em Cabul. Este é o primeiro compromisso operacional da Aliança de Defesa ocidental fora da Europa.

Nova Constituição

2004 - A *Loya Jirga* adota uma nova Constituição que prevê o fortalecimento do papel do Presidente; o Afeganistão angaria US\$ 8,2 bilhões em ajuda; Hamid Karzai escapa do mais grave atentado à sua vida desde setembro de 2002.

2005 – Realizam-se eleições parlamentares pela primeira vez em mais de trinta anos.

2006 – A OTAN assume a responsabilidade pela segurança em todo o território afegão. Conferência de Londres angaria US\$ 10 bilhões em doações para o Fundo de Reconstrução do Afeganistão.

2007 – A produção de ópio atinge volume recorde no país.

2008 – Conferência de Paris arrecada mais de US\$ 20 bilhões em doações para a reconstrução. Ataque de militantes do Talibã à prisão de Candahar provoca a fuga de 350 insurgentes prisioneiros. Atentado contra a Embaixada da Índia em Cabul deixa saldo de 40 mortos.

2009 – O novo Presidente dos EUA, Barack Obama, eleva a questão afegã a prioridade número um de sua política externa. Diversas conferências sobre o Afeganistão são organizadas: na Haia (ONU), em Moscou (OCX) e em Trieste (G-8).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1952 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Afeganistão.

1979 – O Brasil não reconhece o regime instalado por força da intervenção da antiga União Soviética no país.

1989 – Após a retirada das forças soviéticas do Afeganistão, o Brasil se torna mais receptivo ao Governo do Presidente Mohammad Najibullah (cujo regime era até então apoiado pelos soviéticos).

1996 – Com a tomada de poder, no Afeganistão, pelo movimento islâmico radical Talibã, o Brasil suspende as relações bilaterais e mantém seu reconhecimento ao Governo islâmico moderado de Burhanuddin Rabbani (que havia sido proclamado Presidente do país pelo Conselho de Notáveis, em 1992) como legítimo representante do Afeganistão.

2001 – O Brasil reconhece a Autoridade Interina do Afeganistão, constituída no final de 2001.

2002 – O Brasil acolhe grupo de 23 refugiados afegãos sob proteção do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas (ACNUR).

2004 – O Brasil retoma relações diplomáticas com o país. O Embaixador, Não-Residente, do Afeganistão apresenta credenciais ao Governo brasileiro. O Embaixador do Brasil em Islamabad recebe *agrément* como Representante diplomático brasileiro junto ao Governo afegão.

2006 – O Sr. MERE participa, em Londres, da Conferência Internacional sobre o Afeganistão e oferece cooperação técnica ao país como gesto de apoio à sua reconstrução. O Embaixador, Não-Residente, do Afeganistão, Said Tayeb Jawad, visita o Brasil. Assinado Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre os dois

países. O Presidente Hamid Karzai mantém encontro bilateral com o Presidente Lula - e o Sr. MERE, com o Chanceler Rangin Spanta -, à margem da 61ª AGNU.

2008 – O Brasil participa da Conferência Internacional de Apoio ao Afeganistão, em Paris, e anuncia a doação brasileira de US\$ 100 mil ao Fundo Fiduciário de Reconstrução do Afeganistão. Encontro bilateral entre o Sr. MERE e o Chanceler Spanta, por ocasião da Aliança das Civilizações e à margem da 63ª AGNU, oportunidade em que o Presidente Lula mantém novo encontro bilateral com o Presidente Karzai. O Embaixador Não-Residente do Afeganistão, Said Tayeb Jawad, realiza sua segunda visita ao Brasil.

2009 – O Vice-Ministro da Reabilitação Rural e Desenvolvimento do Afeganistão chefa missão oficial ao Brasil, dando início à cooperação técnica bilateral. O Brasil participa da Conferência da Haia sobre o Afeganistão.

CONJUNTURA NO AFGANISTÃO

O país esteve sob influência da antiga União Soviética de 1973 a 1992, quando o governo comunista em Cabul foi derrubado por uma coalizão de forças afegãs. A invasão, pela URSS, em 1979, inicia uma guerra que durará até a retirada das tropas soviéticas, dez anos depois, derrotadas pelos rebeldes Mujahedin. Após uma série de crises internas, uma das facções em conflito, o grupo islâmico fundamentalista Talibã, tomou o poder em grande parte do território, incluindo a capital. Nesse período, o Afeganistão serviu de base de operações à organização extremista Al-Qaeda e ao seu líder de maior visibilidade, Osama bin Laden. Grande parte da atividade desse grupo, bem como da renda da população afegã, era proveniente do cultivo e da venda do ópio.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, cuja responsabilidade foi atribuída pelos EUA ao Talibã e à Al Qaeda, formou-se coalizão internacional capitaneada pelos EUA e respaldada pelo Conselho de Segurança da ONU, contra a liderança Talibã. Tropas norte-americanas invadiram o Afeganistão e derrubaram o governo com o apoio da Aliança do Norte, grupo afegão de resistência ao domínio Talibã. Teve início a reconstrução política do país. Hamid Karzai foi escolhido líder do Estado Islâmico de Transição (2002) e confirmado na presidência do Afeganistão, mediante voto direto, em eleições apoiadas pela ONU (dez/2004).

A Conferência de Bonn (2001) estabeleceu as diretrizes para a reconstrução do país, que previam a adoção de uma nova Carta Constitucional, bem como a realização de eleições presidenciais (2004) e parlamentares (2005). Seguiram-se as Conferências de Berlim (2004), Londres (2006), Paris (2008) e da Haia (2009).

Esforço de Reconstrução - evolução recente

A Conferência Internacional de Apoio ao Afeganistão (Paris, jun/2008) realizou-se em momento de profundo agravamento dos problemas por que passa o Afeganistão, com o simultâneo enfraquecimento do governo de Hamid Karzai e o fortalecimento do poder dos insurgentes (Talibã, Al Qaeda, *warlords* e demais grupos armados), sobretudo nas regiões Sul e Leste do país.

Verifica-se, nesse contexto, o ressurgimento da chamada ofensiva Talibã, que, somente em 2008, promoveu dezesseis ataques a organizações que desenvolvem atividades ligadas à reconstrução (o dobro do registrado no mesmo período de 2007). As divisas geradas pelo excepcional aumento da produção de papoula e ópio, verificado a partir de 2007, beneficiam os insurgentes e reforçam o vínculo entre o narcotráfico e o terrorismo.

O Governo Karzai tem enfrentado grande dificuldade em solucionar a crise de alimentos. O Governo de Cabul enfrenta ainda obstáculos ao aperfeiçoamento da infra-estrutura do país; à dinamização da economia; e à geração de empregos. Paralelamente, encontram-se sob ameaça os escassos, embora significativos, avanços na área social. Soma-se a isso à questão dos cerca de três milhões de refugiados afegãos em solo paquistanês.

Dentre as barreiras ao reerguimento do Afeganistão, sobressai o crescimento exponencial da produção e do tráfico de drogas, apesar das operações em curso contra o plantio e o comércio de entorpecentes. Essa alarmante situação constitui barreira crítica à formação do Estado de Direito, por suas severas implicações negativas sobre todos os segmentos da sociedade. O Afeganistão voltou a ser o principal produtor mundial, quase monopolista, de ópio e os interesses ligados ao cultivo da papoula no país são cada vez mais poderosos.

O CSNU aprovou a Resolução 1833 (set/2008), que renovou o mandato da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) até outubro de 2009.

O futuro e a estabilidade do Afeganistão dependem de sua reconstrução econômica e social, com o consequente abandono da cultura armamentista e do narcotráfico. O resurgimento do Talibã e a instabilidade nas áreas Sul e Leste do país representam sério entrave para que o Governo Karzai possa alcançar esse objetivo.

Posição brasileira

A exemplo de anos anteriores, o Brasil estendeu co-patrocínio ao projeto de Resolução A/62/L.7 (2007), que atualiza resoluções aprovadas previamente sobre a situação no Afeganistão e suas consequências para a paz e a segurança internacionais.

O Brasil participou das três Conferências Internacionais de Apoio ao Afeganistão: Londres (jan/2006), Paris (jun/2008) e Haia (2009). Em Paris, o Brasil, único país latino-americano convidado a participar efetivamente (o Chile foi convidado como observador), anunciou a doação de US\$ 100 mil ao Fundo Fiduciário de Reconstrução. Nas duas oportunidades, o Brasil reiterou apoio ao papel central da ONU no esforço de reconstrução.

O Brasil sublinhou ainda, nas duas Conferências, a importância da cooperação regional e multilateral para o êxito da estratégia de reconstrução e, nesse contexto, considera relevantes os resultados da Conferência em Paris, quais sejam: o anúncio de compromissos de assistência internacional da ordem de US\$ 20 bilhões; o lançamento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento do Afeganistão; e o fortalecimento do papel do Representante Especial do SGNU e

Chefe da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) na coordenação dos esforços internacionais no país.

Diante desse quadro, o Brasil tem reiteradamente atribuído importância especial ao esforço para a melhoria das condições de vida do povo afegão, única base sobre a qual poderão ser asseguradas a paz e a estabilidade duradouras no país.

O combate ao narcotráfico, na perspectiva brasileira, deve inserir-se em esforço abrangente de reabilitação econômica, que, além de prever recursos financeiros para programas de cultivos alternativos, possa criar oportunidades de investimentos em projetos sociais e de infra-estrutura.

Em linha com essa posição, o Brasil ofereceu cooperação bilateral ao Afeganistão (acordo-quadro assinado em 2006 em fase de implementação). Os projetos de cooperação poderiam concretizar-se, por exemplo, sob forma de treinamento de técnicos afegãos, em instituições brasileiras, em áreas que possam contribuir para a reconstrução do país. Dentre os campos nos quais a experiência brasileira poderia ser valiosa, destacam-se as técnicas de: pesquisa agrícola; produção de biocombustíveis; e assistência eleitoral.

Em março de 2009, o Brasil participou da Conferência da Haia sobre o Afeganistão.

NOVA POLÍTICA DOS EUA PARA O AFEGANISTÃO

O Governo Obama anunciou mudanças de rumo à política externa dos EUA, com o objetivo de evitar o surgimento de vácuo de poder no Afeganistão, associado ao frágil quadro político no vizinho Paquistão. A situação nos dois países foi elevada a prioridade número um da agenda externa de Washington, e considerada um dos maiores focos de terrorismo e instabilidade regional. O termo

terrorismo tem sido usado, mas o enfoque para a estabilização do Afeganistão passou a ser regionalizado, com viés multilateralista, o que distancia a agenda externa de Obama daquela levada a cabo pela administração Bush.

Nos EUA, o Afeganistão voltou a receber atenção da opinião pública e dos dirigentes políticos em decorrência da deterioração da situação no país e do risco de degeneração do conflito militar. O ano de 2008 acabou sendo o pior desde o início da guerra, em 2001 (155 baixas militares norte-americanas e elevado número de civis mortos pela OTAN). A próxima eleição presidencial afegã (20/08/09) pode aumentar os riscos de instabilidade política e social.

A regionalização do diálogo tem sido anunciada como peça essencial e distintiva da diplomacia do novo governo ("direct diplomacy") para encaminhar o conflito. A transferência de ênfase do Iraque para o Afeganistão começa efetivamente a tomar corpo. As iniciativas no plano diplomático e econômico-financeiro, devem somar-se, no plano militar, o anunciado reforço de 17 mil soldados que começam a ser deslocados para o Afeganistão, aos quais se deverão agregar os contingentes liberados pela retirada de tropas do Iraque.

Outro vetor da estratégia norte-americana para o Afeganistão a ser fortalecido refere-se à OTAN. Os EUA esperam contar com maior engajamento de países europeus na campanha militar afegã e no esforço de estabilização do país.

Washington não descarta a possibilidade de atrair líderes moderados do Talibã para a esfera política do país, de modo a integrá-los ao processo eleitoral.

RELAÇÕES BRASIL-AFEGANISTÃO

Brasil e Afeganistão estabeleceram relações diplomáticas em 1952. Não houve reconhecimento brasileiro do regime instalado por força da intervenção da ex-URSS no país, em 1979. Após a saída das forças soviéticas do Afeganistão, dez anos mais tarde, o Governo brasileiro concordou o Brasil, em 1992, em receber o Embaixador afegão em Brasília, iniciativa que, entretanto, não prosperou. Realizaram-se, porém, encontros entre Chanceleres (1987) e Chefes de Estado (Sarney-Najibullah – 1988), à margem da Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Em 1992, após a tomada de poder no Afeganistão pelo grupo guerrilheiro Mujahedin, o Governo brasileiro recebeu pedido de reconhecimento do novo regime liderado pelo Presidente Burhanuddin Rabbani. Tendo em vista que esse governo havia obtido assento do Afeganistão nas Nações Unidas, concordou o Brasil em reconhecê-lo e a receber Embaixador afegão em Brasília.

Contudo, com a chegada ao poder do Talibã (1996), o regime de Rabbani foi expulso de Cabul por forças de grupo rival ao Talibã e viu-se forçado ao exílio. As relações entre o Brasil e o Afeganistão foram então suspensas, havendo o Brasil preferido, como a quase totalidade dos membros da ONU, manter o reconhecimento do Governo de Rabbani como o representante legítimo do Afeganistão.

Nessas condições, a política brasileira em relação ao regime Talibã foi regida pela implementação, pelos Decretos 3267, de 1999, e 3755, de 2001, das determinações contidas nas Resoluções da ONU 1267, de 1999, e 1333, de 2000, respectivamente.

As sanções, de alcance abrangente, determinadas pela ONU foram: (a) proibição do trânsito de aeronaves que fossem de propriedade ou arrendadas pelo regime Talibã em território afegão; (b) bloqueio de fundos e demais recursos financeiros de propriedade do regime fundamentalista, ou sob seu controle direto ou indireto; (c) proibição de fornecimento, venda e envio de material bélico, bem como oferta de treinamento militar; (d) congelamento de eventuais fundos em nome de Osama bin Laden, de suas empresas e associados; e, por fim, (e) proibição de quaisquer contatos com altas autoridades do Talibã.

Os atentados perpetrados em 11 de setembro de 2001 contra alvos norte-americanos e a posterior intervenção militar liderada pelos EUA no país colocaram o Afeganistão no centro da política mundial. O Governo brasileiro, de acordo com sua tradição de política externa universalista e pacífica, juntou-se aos esforços internacionais de condenação inequívoca a todas as formas de terrorismo.

Reafirmando a disposição de reforçar seu engajamento no domínio da proteção internacional de refugiados, o Governo brasileiro decidiu acolher um grupo de 23 afegãos, que viviam sob a proteção do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas (ACNUR), em campos localizados no Irã e na Índia. A primeira leva de dez refugiados afegãos chegou a Porto Alegre em abril de 2002.

Restabelecimento das relações bilaterais

Em maio de 2004, o Brasil retomou as relações diplomáticas com o Afeganistão. Nesse mesmo ano, o Embaixador do Afeganistão no Brasil, Said Tayeb Jawad (Residente em Washington, D.C.), apresentou credenciais ao Governo brasileiro e o então Embaixador do Brasil em Islamabad recebeu *agrément* como representante diplomático brasileiro junto ao Governo afegão.

Há expectativa do Governo de Cabul de estreitamento das relações com o Brasil, país visto com amizade pela população local e como potência emergente capaz de desempenhar papel positivo na cena política internacional, inclusive no Afeganistão. O Presidente Hamid Karzai vê com interesse o trabalho de construção das relações bilaterais de seu país com o Brasil.

Cooperação técnica bilateral

Em agosto de 2006, o Embaixador Jawad realizou sua primeira visita de trabalho ao Brasil, para tratar, entre outros assuntos, do estabelecimento de mecanismos de cooperação entre os dois países. Por ocasião da visita, foi firmado acordo-quadro de cooperação técnica bilateral. Foi reiterada a disposição brasileira de colaborar para a reconstrução do país mediante, entre outros, a cooperação para a capacitação técnica de pessoal afegão em instituições brasileiras de excelência.

Ao Afeganistão interessa, sobretudo, identificar áreas para a cooperação bilateral e multilateral que é hoje um dos pilares do esforço de reconstrução e desenvolvimento do país. O Governo afegão deseja evitar a dispersão de recursos pela máquina administrativa e dar conteúdo ao esforço de cooperação internacional em favor da reconstrução do país.

Setores específicos de cooperação bilateral de interesse para o Afeganistão:

(i) Biocombustíveis: o país tem natural interesse pelo assunto, principalmente por tratar-se de sociedade agrícola; a experiência brasileira de produção de biodiesel a partir de vegetais poderia ser útil, pois seria esse o processo mais adaptado a regiões de clima árido e semi-árido. O algodão é a principal cultura afegã, de modo que interessaria explorar experiências com reaproveitamento de resíduos do processamento da planta do algodão;

(ii) Petróleo e gás natural: o Afeganistão tem reservas inexploradas e pode ser de interesse de empresas verificar as possibilidades de investimento naquele país;

(iii) Comércio: interesse do país em identificar parcerias e novas frentes de comércio por intermédio das câmaras de comércio em Dubai e em outros pólos comerciais da região; possibilidade de estabelecimento de contatos iniciais de cunho comercial através de Dubai. A frota de aviões civis de pequeno e médio porte tem crescido exponencialmente no Afeganistão, que poderia configurar mercado potencial para a Embraer;

(iv) Organização do processo eleitoral: desejam os afgãos conhecer o sistema brasileiro e obter assessoria nesta área;

(v) Defesa: Há interesse afgão em explorar a possibilidade de intercâmbio na área de treinamento militar entre as Forças Armadas de Brasil e Afeganistão.

Durante sua segunda visita ao Brasil, em outubro de 2008, o Embaixador Jawad retomou os entendimentos iniciados em 2006 e manteve reuniões de trabalho na Secretaria de Estado e no Ministério da Defesa. Em junho de 2008, o Chanceler afgão, Rangin Dadfer Spanta, manifestou interesse em visitar oficialmente o Brasil em data a ser oportunamente acordada.

Em março de 2009, o Vice-Ministro da Reabilitação Rural e Desenvolvimento do Afeganistão, Mohammad Ehsan Zia, chefiou missão oficial ao Brasil para dar início à cooperação técnica bilateral.

Missão técnica afgã está sendo organizada pela Agência Brasileira de Cooperação do MRE para o próximo mês de junho, para visitas a instituições relacionadas a futura cooperação na área agrícola e eleitoral.

RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-AFEGANISTÃO

O intercâmbio comercial bilateral é modesto. No período compreendido entre 2003 e 2007, o comércio bilateral variou entre US\$ 509 mil e US\$ 3,7 milhões. A partir de 2005, registra-se aumento gradativo da balança comercial, com incremento de quase 100% em 2008, com relação a 2007 (US\$ 7,8 milhões).

As cifras de 2008 refletem sobretudo o aumento das exportações brasileiras em 140%: US\$ 3,2 milhões em 2007 e US\$ 7,7 milhões no ano passado. As importações, ao contrário, tiveram queda de 70% em 2008, passando de US\$ 580 mil para apenas US\$ 169 mil.

Nos quatro primeiros meses de 2009, as exportações já somam US\$ 3,5 milhões, aumento de 7% com relação a igual período de 2008. As importações no quadrimestre foram irrigórias (US\$ 36 mil).

Principais produtos exportados: carne de frango e bovina em diversos cortes, que constituem a quase totalidade da pauta.

Principais produtos importados: partes de aviões e helicópteros; tachas, pregos, parafusos e pinos de alumínio.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
AFEGANISTÃO**

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Estado Islâmico do Afeganistão
Superfície	652.000 Km ²
Localização	Asia
Capital	Kabul
Principais cidades	Kabul, Kandahar, Herat
Idioma oficial	Pashtu e dari (persa)
PIB a preços correntes (2008)⁽¹⁾	US\$ 12,9 bilhões
PIB "per capita" (2008 - Estimativa)⁽²⁾	US\$ 483
Moeda	Afgane

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2009.

(1) Não inclui a produção de ópio.

(2) Adotou-se a população do último ano disponível (2006) para este cálculo.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2004	2005	2006	2007	2008
População (em milhões de habitantes)	24,5	24,8	26,7	n.d.	n.d.
Densidade demográfica (hab/Km ²)	37,6	38,0	41,0	n.d.	n.d.
PIB (US\$ bilhões)	5,4	6,5	7,7	9,6	12,9
Crescimento real do PIB (%)	8,0	16,1	8,2	11,5	7,5
Variação anual do Índice de preços ao consumidor (%)	13,2	12,3	5,1	13,0	24,0
Reservas internacionais (US\$ milhões)	1.283	1.662	2.064	2.763	3.328
Dívida externa total (% do GDP)	12,8	184,0	155,0	21,0	17,8
Câmbio (Af / US\$)	47,7	49,1	49,9	49,8	n.a.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2009.

n.d. - não disponível

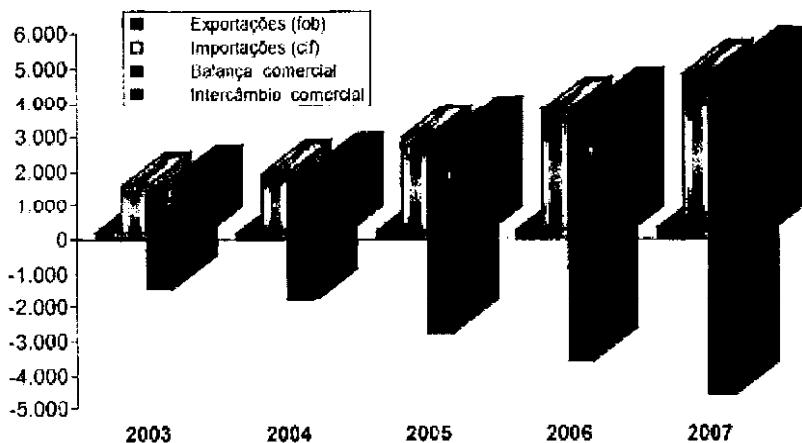
COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2003	2004	2005	2006	2007	2008⁽¹⁾
Exportações (fob)	210	185	239	277	340	195
Importações (cif)	1.608	1.973	3.007	3.824	4.880	2.924
Balança comercial	-1.398	-1.788	-2.768	-3.547	-4.540	-2.729
Intercâmbio comercial	1.818	2.158	3.246	4.101	5.220	3.119

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Director of Trade Statistics, CD January 2009.

(1) Janeiro - Junho

COMÉRCIO EXTERIOR DO AFGANISTÃO
2003 - 2007

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD January 2009.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2005	%	2006	%	2007	%	2008 ¹⁾	%
(US\$ milhões - fob)								
EXPORTAÇÕES:								
Índia	51	21,2%	63	22,6%	78	22,8%	43	22,1%
Paquistão	48	20,2%	60	21,5%	74	21,8%	37	18,9%
Estados Unidos	52	25,8%	42	15,0%	70	20,5%	54	27,5%
Tadjiquistão	3	1,3%	6	2,1%	26	7,2%	14	7,2%
Turquia	0	0,2%	0	0,1%	11	3,3%	4	2,3%
Finlândia	10	4,0%	12	4,4%	10	2,8%	9	4,7%
Rússia	4	1,5%	10	3,8%	8	2,4%	4	2,2%
Emirados Árabes Unidos	5	2,1%	6	2,2%	8	2,3%	5	2,6%
Argélia	4	1,6%	5	1,7%	6	1,8%	4	2,0%
Singapura	2	1,0%	4	1,0%	6	1,7%	0	0,0%
Alemanha	4	1,5%	3	1,0%	6	1,7%	2	1,1%
Bangladesh	3	1,3%	3	1,0%	4	1,2%	1	0,6%
Honduras	3	1,1%	3	1,2%	4	1,2%	2	1,1%
Bélgica	6	2,3%	4	1,4%	4	1,1%	0	0,0%
Egito	2	1,0%	3	1,0%	4	1,0%	2	1,1%
Líbano	2	0,8%	3	0,9%	3	0,9%	2	0,9%
China	1	0,6%	0	0,1%	2	0,5%	1	0,6%
Fráncia	0	0,2%	1	0,3%	2	0,5%	0	0,2%
Brasil	0,3	0,1%	0,4	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
SUBTOTAL	217,1	90,8%	236,1	86,2%	324,0	95,3%	185,7	95,2%
DEMAIS PAÍSES	22,0	9,2%	40,9	14,8%	16,0	4,7%	9,3	4,8%
TOTAL GERAL	239,0	100,0%	277,0	100,0%	340,0	100,0%	195,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD February 2009.

Valores baseados em dados desatualizados, sendo como base os valores apresentados em 2007.

(1) Janeiro - Junho

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - feb)	2005	% do total	2006	% do total	2007	% do total	2008 ⁽¹⁾	% do total
IMPORTEAÇÕES:								
Paquistão	1.172	39,0%	1.448	37,9%	1.797	36,8%	1.111	38,0%
Estados Unidos	288	9,6%	459	12,0%	538	11,0%	279	9,6%
Índia	158	5,3%	196	5,1%	243	5,0%	139	4,8%
Alemanha	167	5,6%	275	7,2%	204	4,2%	223	7,6%
Turcomenistão	122	4,0%	150	3,9%	187	3,8%	107	3,6%
China	56	1,9%	111	2,9%	166	3,8%	81	2,8%
Quirguistão	14	0,5%	82	2,2%	170	3,5%	120	4,1%
Cazaquistão	109	3,6%	134	3,5%	167	3,4%	81	2,8%
Tailândia	63	2,1%	69	1,8%	165	3,4%	23	0,8%
Rússia	115	3,8%	91	2,4%	138	2,8%	76	2,6%
República da Coreia	66	2,2%	86	2,3%	120	2,5%	65	2,2%
Turquia	125	4,1%	100	2,6%	120	2,5%	67	2,3%
Japão	84	2,8%	75	2,0%	98	2,0%	63	2,2%
Reino Unido	29	1,0%	46	1,2%	91	1,9%	106	3,6%
Fráncia	34	1,1%	52	1,4%	72	1,5%	24	0,8%
Quênia	45	1,5%	57	1,5%	71	1,5%	40	1,4%
Brasil	2	0,1%	3	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
SUBTOTAL	2.547,9	88,1%	3.435,0	89,8%	4.366,0	88,5%	2.605,0	89,1%
DEMAIS PAÍSES	359,1	11,9%	389,0	10,2%	514,0	10,5%	318,0	10,9%
TOTAL GERAL	3.007,0	100,0%	3.824,0	100,0%	4.880,0	100,0%	2.924,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPDIC - Divisão de Informações Comerciais, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap

Os dados estão em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2007.

(1) Última posição disponível.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2007 ⁽¹⁾	Part. % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ mil)		
Frutas, cascas de cítricos e de melões	98.166	30,2%
Ferro fundido, ferro e aço	22.479	6,9%
Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	17.991	5,5%
Produtos hortícolas, plantas, raízes, tubérculos	16.823	5,2%
Algodão	13.806	4,2%
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos	13.630	4,2%
Peleteria (peles com pélo) e suas obras	13.115	4,0%
Café, chá, mate e especiarias	8.789	2,7%
Madeira, couro reciclado e obras de madeira	6.589	2,6%
Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis	7.728	2,4%
Lã, pêlos finos ou grosseiros, fios e tecidos de crina	6.451	2,0%
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos, etc	4.542	1,4%
Objetos de arte, de coleção e antiguidades	3.466	1,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.870	0,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	2.727	0,8%
Peles, exceto a peleteria, e couros	1.879	0,6%
Estanho e suas obras	1.293	0,4%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas; etc.	1.272	0,4%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento	1.215	0,4%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	876	0,3%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	617	0,2%
Instrumentos e aparelhos de óptica, foto, médico, etc	564	0,2%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	467	0,1%
Borracha e suas obras	326	0,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	319	0,1%
Subtotal	249.993	76,9%
Demais Produtos	74.931	23,1%
Total Geral	324.924	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPDIC - Divisão de Informações Comerciais, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap

O Afganistão não informou dados comerciais ao banco de dados TradeMap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

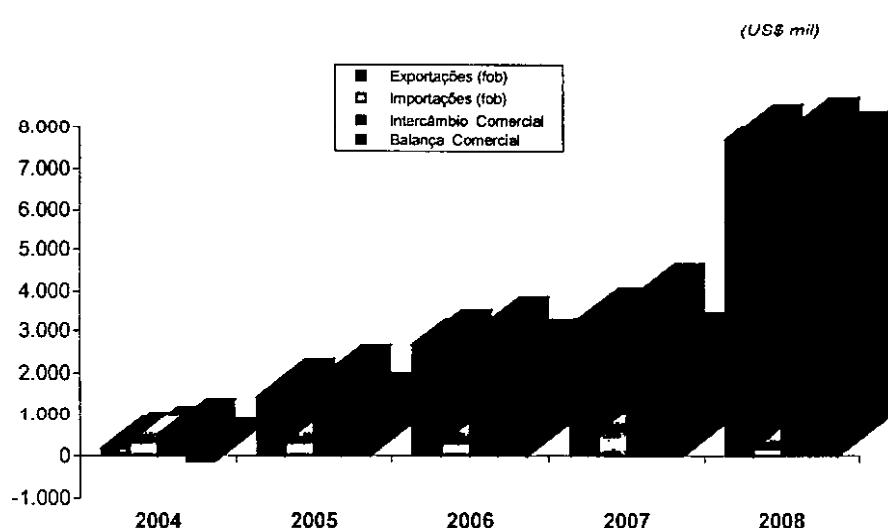
(1) Última posição disponível.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2 0 0 7 ⁽¹⁾	Part. % no total
IMPORTAÇÕES (US\$ mil)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	496.447	14,6%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	414.145	12,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	327.246	9,6%
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos, féculas, inulina, glúten de trigo	170.308	5,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	169.512	5,0%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	146.544	4,3%
Gorduras e óleos, animais ou vegetais	131.156	3,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	120.694	3,6%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	99.048	2,9%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	88.735	2,6%
Produtos farmacêuticos	73.949	2,2%
Borracha e suas obras	71.796	2,1%
Ferro fundido, ferro e aço	65.118	1,9%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	63.046	1,9%
Filamentos sintéticos ou artificiais	57.549	1,7%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	52.784	1,6%
Plásticos e suas obras	52.584	1,6%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico	50.514	1,5%
Caé, chá, mate e especiarias	48.345	1,4%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural, etc	47.160	1,4%
Subtotal	2.746.680	81,0%
Demais Produtos	645.378	19,0%
Total Geral	3.392.058	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap. O Afeganistão não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AFGANISTÃO 2004 - 2008



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Tradeweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AFGANISTÃO ⁽¹⁾ (US\$ mil, fob)		2004	2005	2006	2007	2008
Exportações (fob)		182	1.452	2.553	3.208	7.715
Variação em relação ao ano anterior	-46,0%	697,8%	84,8%	19,6%	140,5%	
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Importações (fob)		327	321	293	580	169
Variação em relação ao ano anterior	51,3%	-1,7%	-8,7%	97,9%	-70,9%	
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Intercâmbio Comercial		509	1.773	2.976	3.788	7.884
Variação em relação ao ano anterior	-6,0%	248,3%	67,0%	27,3%	106,1%	
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - Ásia	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Balança Comercial		-145	1.131	2.390	2.628	7.546

Elaborado pelo MRE/OPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MOC/SECEX/Alcweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AFGANISTÃO		2008 (Jan-abr)	2009 (Jan-abr)
Exportações		3.319	3.554
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	271,3%	7,1%	
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia	0,0%	0,0%	
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	
Importações		12	36
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-96,1%	200,0%	
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia	0,0%	0,0%	
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	
Intercâmbio Comercial		3.331	3.590
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	176,4%	7,8%	
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - Ásia	0,0%	0,0%	
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	
Balança Comercial		3.307	3.518

Elaborado pelo MRE/OPRIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MOC/SECEX/Alcweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AFGANISTÃO (US\$ mil - fob)		2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)							
Carnes e miudezas, comestíveis	1.012	37,7%	2.912	90,8%	7.460	96,7%	
Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congeladas	280	10,4%	1.069	33,3%	2.676	34,7%	
Pedaços e miudezas comestíveis, de galos/galinhas, congelados	307	11,4%	796	24,9%	2.381	30,9%	
Carnes desossadas de bovino, congeladas	373	14,0%	1.030	32,4%	2.935	39,4%	
Carnes de perus/penus, em pedaços e miudezas, congeladas	49	1,8%	6	0,2%	320	4,1%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10	0,0%	1	0,0%	109	1,4%	
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc	27	1,0%	180	5,6%	0	0,0%	
Outros instrumentos e aparelhos para odontologia	14	0,5%	142	4,4%	0	0,0%	
Outros aparelhos de raios x, para diagn. odontológico	13	0,5%	35	1,2%	0	0,0%	
Açúcares e produtos de confeitearia	1.549	57,7%	0	0,0%	0	0,0%	
Outs. açúcares de cana, beterraba, sacarose quím. pura, sol.	1.549	57,7%	0	0,0%	0	0,0%	
Subtotal	2.588	96,5%	3.093	96,4%	7.569	98,1%	
Demais Produtos	95	3,5%	113	3,6%	140	1,9%	
TOTAL GERAL	2.683	100,0%	3.208	100,0%	7.715	100,0%	

Elaborado pelo MRE/OPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MOC/SECEX/Alcweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AFGANISTÃO (US\$ mil - fob)	2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc. e suas partes	79	27,0%	420	72,4%	83	49,1%
Outras partes para aviões ou helicópteros	79	27,0%	193	33,3%	83	49,1%
Trens de telecomunicação e suas partes, p/ veic. aéreos, etc	0	0,0%	227	39,1%	0	0,0%
Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes	29	9,9%	0	0,0%	38	22,5%
Conectores p/circuito impresso, para tensão <=1KV	0	0,0%	0	0,0%	20	11,8%
Outros condutores elétr. para tensão <=80V	0	0,0%	0	0,0%	14	8,3%
Outros conversores elétricos estáticos	0	0,0%	0	0,0%	4	2,1%
Microprocessadores montados para montag.superf.	23	7,8%	0	0,0%	0	0,0%
Outros motores elétricos pot.<=37,5W	4	1,3%	0	0,0%	0	0,0%
Alumínio e suas obras	28	9,6%	30	5,2%	31	18,3%
Tachas, pregos, escâpulas, parafusos, pinos, etc. de alumínio	26	8,9%	30	5,2%	31	18,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e Instrumentos mecânicos	48	16,4%	1	0,2%	10	5,9%
Impress. de impacto, matrícias (por pontas)	0	0,0%	0	0,0%	5	3,0%
Outros turboalimentadores de ar, P<=50Kg, p/motor explosão/diesel	0	0,0%	0	0,0%	2	1,2%
Outras partes/acess. impress., traçad., gráficos	0	0,0%	1	0,2%	0	0,1%
Macacos hidráulicos	46	15,7%	0	0,0%	0	0,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	36	12,3%	104	17,9%	0	0,0%
Outras obras de ferro ou aço	35	11,9%	104	17,9%	0	0,0%
Outros acessórios p/ tubos de ferro fundido, ferro ou aço	1	0,3%	0	0,0%	0	0,0%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	64	18,4%	0	0,0%	0	0,0%
Fio de fibras artificiais >=85%, retorcidos/retorc. multipl.	54	18,4%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	274	93,5%	555	95,7%	162	95,9%
Demais Produtos	19	6,5%	25	4,3%	7	4,1%
TOTAL GERAL	293	100,0%	580	100,0%	169	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-abr/2009.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AFGANISTÃO (US\$ mil - fob)	2008 (jan-abr)	% do total	2009 (jan-abr)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Carnes e miudezas, comestíveis	3.201	96,4%	2.941	82,8%
Preparações alimentícias diversas	0	0,0%	340	9,6%
Subtotal	3.201	96,4%	3.281	92,3%
Demais Produtos	118	3,6%	273	7,7%
TOTAL GERAL	3.319	100,0%	3.554	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Tapetes, outros revestimentos, de matérias têxteis	0	0,0%	26	72,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1	8,3%	7	19,4%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	4	33,3%	3	8,3%
Alumínio e suas obras	7	58,3%	0	0,0%
Subtotal	12	100,0%	36	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	12	100,0%	36	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-abr/2009.

Aviso nº 330 - C. Civil.

Em 4 de junho de 2009.

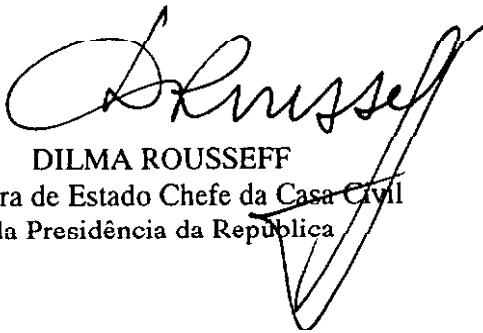
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, junto à República do Tadjiquistão e República Islâmica do Afeganistão.

Atenciosamente,


DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Publicado no DSF, 17/6/2009.